



# com sede de *esperança*:

como a violação do direito à água  
e ao saneamento impacta a vida  
das mulheres brasileiras



**Habitat**  
para a Humanidade®  
Brasil





# Habitat para a Humanidade® Brasil

## **Direção Executiva Nacional**

Socorro Leite - Diretora Executiva Nacional

## **Incidência política**

Raquel Ludermir - Gerente Nacional de Incidência Política

Auta Azevedo - Coordenadora de Articulação e Incidência Política

Adnamar Santos - Assessor de Projetos

Marina Cysneiros - Assessora de Projetos

Yasmin Rodrigues - Analista de Pesquisa e Incidência Política

## **Programas**

Mohema Rolim - Gerente Nacional de Programas

Elias Ambrosio - Coordenador Nacional de Articulação e Informações

Luciana Macário Simões - Coordenadora Nacional do Trabalho Construtivo

Mabeli Navarro - Coordenadora Nacional do Trabalho Social

Melina Motta - Coordenadora Nacional de Projetos Especiais e Inovação

Araceles Domingos - Coordenadora Norte e Nordeste do Trabalho Social

Ianie Essashika - Assistente de Projetos Especiais e Inovação

Gabriella Laporta - Assistente de Projetos Construtivos

Sirleide Sodré - Analista de Projetos Sociais

Rafael Souza - Assistente de Articulação e Voluntariado

Luiza Amato - Analista de Projetos Construtivos

## **Mobilização de Parcerias**

Silvia Troncon Rosa - Gerente Nacional de Mobilização de Parcerias

Rebecca B. Portela Melo - Analista de Mobilização com FOIs e Afiliados

Bruno Vinicius Nascimento de Oliveira - Analista de Parcerias com Governos

## **Comunicação**

Débora Britto - Coordenadora Nacional de Comunicação

Ju Motter - Assessora de Comunicação para Incidência

Inara Novaes - Analista de Comunicação Institucional

Renata Macêdo - Designer

Flávia Tamura - Designer

## **Mobilização de Recursos**

Adriana Magalhães - Diretora de Mobilização de Recursos Privados  
Marina Biagioli Manoel - Gerente de Captação de Recursos com Indivíduos  
Luciana da Silva Fernandes - Coordenadora de Captação de Recursos com Indivíduos  
Lourdes Guerrero - Captadora de Recursos com Empresas  
Aline Dresch Hiller - Captadora de Recursos com Empresas  
Aline de Souza Oliveira - Analista de Captação de Recursos com Indivíduos  
Bruno Ferreira Botelho Lopes - Analista de Gestão de Parcerias Corporativas  
Elizabeth Massarelli - Analista de Relacionamento  
Marli Prado Vasques - Assistente de Atendimento ao Doador  
Maristela Santos - Assistente de Atendimento ao Doador  
Fábio Rodrigues - Analista de Dados  
Marco Costa - Estagiário de Parcerias Corporativas  
Daniel Fernandes Collela - Líder de Captação de Recursos com Indivíduos  
Marina Angelone - Captadora de Recursos com Indivíduos  
Marvin Pomarino - Captador de Recursos com Indivíduos  
Leonardo Menezes Carvalho - Captador de Recursos com Indivíduos

## **Jurídico e Recursos Humanos**

Ronaldo Coelho Filho - Gerente Nacional Jurídico e de Recursos Humanos  
Luciana Coelho Martins de Albuquerque - Coordenadora Nacional de Recursos Humanos  
Raissa da Cunha Felizardo - Assistente de Recursos Humanos  
Isabella Caline de Lima Silva - Assistente Jurídico

## **Administrativo Financeiro**

Edileuza Duque Silva - Gerente Nacional Administrativa e de Finanças  
Ana Maria Bonner Pereira Peixoto - Coordenadora Nacional Administrativa  
Anne Caroline Lima dos Santos - Coordenadora Nacional Financeira  
Yngrid Nayara Lima Vasconcelos - Analista Financeira  
Ermeson Andre da Silva - Auxiliar Administrativo  
Cleto Oliveira de Lima - Assistente Financeiro  
Valdenice Dias Carvalho - Analista Administrativo Financeiro  
Fatima Maria Ferreira Araújo - Recepcionista e Secretária  
Vera Lúcia de Lima Soares - Serviços Gerais

# Ficha Técnica

**Com sede de esperança: como a violação do direito à água e ao saneamento impacta a vida das mulheres brasileiras**

**Realização:**

Habitat para a Humanidade Brasil

**Autoria**

Yasmin Rodrigues - Analista de Pesquisa e Incidência Política

Raquel Ludermir - Gerente Nacional de Incidência Política

**Colaboração**

Auta Azevedo

Débora Britto

Ju Motter

Marina Cysneiros

Mohema Rolim

**Ilustrações**

Luiza Morgado

**Diagramação**

Renata Macêdo

Flávia Tamura

**Revisão Técnica**

Marília Gonçalves

**Apoio**

Fundação Oak

**Fotografias**

Cila Reis

Coletivo Revelar.si

Engels França

Hugo Chaves



*Lata d'água na cabeça  
Lá vai Maria  
Sobe o morro e não se cansa  
Pela mão, leva a criança  
Lava a roupa lá no alto  
Lutando pelo pão de cada dia  
Sonhando com a vida do asfalto  
Que acaba onde o morro principia*  
**(Canção “Lata d’água na cabeça”,  
de Marlene, 1952)**

# Apresentação

## Você já se perguntou como é viver sem água?

Imagine, por alguns instantes, como é abrir as torneiras por dias e não as ver despejar uma gota. Imagine, agora, não ter sequer as torneiras, viver em uma casa sem pontos de abastecimento de água próprios. E se for uma família vivendo nesta casa? Com crianças que precisam ir à escola, pessoas que precisam cozinhar, tomar banho, lavar roupas, fazer suas necessidades, enfim, ter uma rotina, como todos nós. Há uma parcela da população vivendo sem o básico.

Na sua imaginação, quais corpos compõem essa parcela da população? Quais estão sendo mais afetados pela falta de água? Há aqueles que menstruam e não têm água corrente para se lavar; os que amamentam e precisam de pelo menos 50% a mais de água por dia (ONU, 2015) para sobreviver; os que lidam diariamente com o cuidado de outras pessoas, como crianças, idosos, pessoas com deficiência; os que trabalham fora e em casa, sem pausa ou descanso, e que, ainda no calor escaldante, não podem se refrescar. Que

rostos lhe vêm à mente ao pensar em quem está vivendo nessas condições? Sabia que estamos falando de mulheres?

Se chegamos até aqui, você deve estar se perguntando: como é a vida dessas mulheres? Vivemos em um contexto de produção massiva de informação e, diuturnamente, somos bombardeados por novidades tecnológicas, notícias de todo canto do mundo, dezenas de avanços científicos e inovações, o que faz parecer que a precariedade é algo muito remoto no tempo — que passar fome, não ter água para beber ou viver sobre o esgoto são coisas do passado. O que este estudo pretende mostrar é que essas vidas, citadas tantas vezes por meio de números alarmantes, existem na atualidade. Acordaram essa manhã, como você, mas com a demanda de lutar pelo básico para a sobrevivência. Estão, para além das triplas jornadas femininas, dedicando-se a uma quarta: a luta coletiva pela água e pelo saneamento.

# Agradecimentos

A Habitat para a Humanidade Brasil agradece às 50 entrevistadas que confiaram à nossa equipe suas histórias de vida, em seus relatos tantas vezes doloridos e seus sorrisos, tantas outras, esperançosos de dias melhores. Seus nomes foram anonimizados por questões éticas e de segurança, mas foram suas vidas, rostos e vozes que conduziram cada parte das reflexões aqui presentes.

Às organizações por onde as mulheres organizam suas lutas, que compuseram o processo de construção dessas informações e que têm lutado por um país mais justo para todos e todas, com cidades para os trabalhadores e trabalhadoras. Em Pernambuco: Grupo Espaço Mulher de Passarinho, Cidadania Feminina, Coletivo Força Tururu, Projeto Saber Mais, EcoMangue Comunidade da Linha, Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ações (Cendhec), Centro de Educação Popular e Assistência Social de Pernambuco (Cepas), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Na Paraíba: Fórum Estadual de Reforma Urbana da Paraíba; Frente pelo Direito à Cidade Campina Grande; Associação de Revitalização do Riacho das Piabas (ARRPIA); Liga Comunitária de João Pessoa; Base Interativa de Habitação; Clube de Mães do Aratu; Mulheres Feministas de Juarez Távora; Nosso Lugar em Gramame; Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); Núcleo Paraíba do Observatório das Metrôpoles; Laboratório de Ecologia

Aquática da Universidade Federal da Paraíba; mandato da Deputada Estadual Cida Ramos; e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (Sintep). Em Manaus: Fórum das Águas; Associação de Moradia Ana Oliveira (Amao); Observatório Socioambiental Encontro das Águas (Oseas); Maloca Digital – Grupo de Pesquisa da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam); Colar – Laboratório de Antropologia da Vida, Ecologia e Política da Universidade Federal do Amazonas; Instituto Sumaúma; Remada Ambiental; Articulação de Mulheres do Amazonas; Central de Movimentos Populares (CMP); Movimento das Associações do Igarapé do Gigante; Sares – Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental; Aratrama – Articulação Amazônica dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro de Matriz Africana; União Nacional por Moradia Popular (UNMP); Equipe Itinerante; Instituto Iaçú e Rede Jubileu. Em Belém: Movimento Tucunduba Pró-Lago Verde; Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); Coletivo Mirí; Observatório das Metrôpoles; Mandí; União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU). Agradecemos também ao Fórum Nacional de Reforma Urbana, importante espaço de inspiração e construção coletiva por cidades mais justas e democráticas.

À Fundação Oak, que tornou possível que dezenas de projetos e iniciativas popu-

lares de organização comunitária, fossem realizados para ampliar a segurança e o acesso à água e a redes de esgotamento sanitário de famílias das regiões Norte e Nordeste. Também por ter possibilitado o levantamento de informações, a incidência e a realização de intervenções construtivas para essas populações. Por último, por nos permitir, agora, dar visibilidade à luta das mulheres por direitos básicos nas capitais brasileiras.

À Socorro Leite, diretora executiva da Habitat para a Humanidade Brasil. À Equipe Nacional de Incidência Política, que acompanhou a execução deste projeto e gerenciou as Missões pelo Direito à Água e ao Saneamento, gerida por Raquel Ludermir e composta por Adnamar Santos, Auta Azevedo, Ju Motter, Marina Cysneiros, Renata Macêdo e Yasmin Rodrigues.

À equipe de Comunicação, pelo empenho em visibilizar dados e histórias de luta.

À equipe de Programas, pela participação nas Missões e pelo envolvimento no projeto.

À equipe de Mobilização de Parcerias e Recursos, pelo empenho e comprometimento na aprovação do projeto junto à Fundação Oak.

Às equipes Administrativa e Financeira e Jurídica, que garantiram com muito compromisso e profissionalismo a realização de todas as atividades.



# Sumário

## **13** Oxe! O que é “WASH” e o que isso tem a ver com moradia? Uma perspectiva brasileira sobre água, saneamento e “higiene”

**15** Água: em português, o que sobra nos mapas e falta nas casas

**16** Saneamento: em português, aquilo que não se vê nas favelas

**17** Higiene: em português, um discurso carregado de racismo

**18** Saneamento básico: em português, direito ainda não efetivado

**20** E o que isso tem a ver com moradia?

## **23** Capitais invisíveis, no feminino

## **36** Adoecidas

**37** Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA)

**43** Dignidade menstrual só é possível com acesso a água potável e moradia digna

**47** O luto das mães que perderam seus filhos para doenças evitáveis

## **54** Exaustas

## **59** Violentadas

## **65** Empobrecidas

## **72** Patriarcado hídrico

## **81** Com sede de esperança

## **84** Referências

*Quando astro-rei começou despontar  
Eu fui buscar água  
Tive sorte! As mulheres não estavam na torneira  
Enchi minha lata e zarpei*

**(Trecho de “Quarto de despejo”,  
Carolina Maria de Jesus, 1960)**

# Oxe! O que é “WASH” e o que isso tem a ver com moradia?

## Uma perspectiva brasileira sobre água, saneamento e “higiene”

**Oxe! E, afinal, o que é WASH?** Do inglês, a sigla “água, saneamento e higiene” se mistura à palavra “wash”, que significa “lavar”. Mas, por falar em lavar, aqui queremos lembrar as mulheres sem água que lavam roupa na beira dos rios e que, aos 30 anos, sentem suas colunas como se já tivessem vivido por 80. Podemos falar também das lavagens frequentes dos sapatos de quem transita por ruas enlameadas, sem saneamento. E que é impossível falar em “higiene” no Brasil sem remissão ao racismo científico, que utilizou exatamente esse conceito para desumanizar a população negra e empobrecida. Essas categorias, portanto, estão em disputa e certamente não possuem o mesmo sentido que é acionado nos países do Norte global. Isso porque, por aqui, água é o que falta, saneamento é o que

não tem e higiene é discurso político que perpetua a submissão da população mais pobre às injustiças e iniquidades nas cidades. “WASH”, aqui, seria o que chamamos de saneamento básico — que inclui abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta de lixo e gestão de resíduos e drenagem das águas das chuvas — e, longe de ser uma conquista de todos, ainda é um sonho para milhões de pessoas.

Nosso intuito é justamente revelar como é o cotidiano de quem vive sob as piores estatísticas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e doenças de veiculação hídrica. Queremos mostrar como essas pessoas fazem improvisos em suas moradias, como os reservatórios, as fossas, os banheiros compartilha-

---

<sup>1</sup> Expressão popular frequentemente utilizada na região Nordeste do país para denotar espanto.

dos, os esgotos a céu aberto. Ao visibilizar o problema, queremos dar vez a quem está na linha de frente da produção de soluções: as mulheres. São elas quem tem se desdobrado em várias para cozinhar, dar de comer e, enfim, realizar os demais trabalhos de cuidado, sem deixar de lutar por melhores condições de vida e moradia. São elas também que estão fazendo o que podem para preservar o meio ambiente, oferecer educação ambiental às crianças e garantir os direitos das infâncias.

Veja como abraçar e qualificar por gênero a discussão sobre WASH é extremamente necessário: enquanto, no Norte global, falar em água, saneamento e higiene pode ser tratar do trivial, por aqui, a discussão passa a estar intimamente relacionada a um olhar para as mulheres, para os modos de vida nas periferias, para as lutas dos povos tradicionais, ribeirinhos e favelados por saneamento básico — que se acumulam às lutas contra o racismo, a LGBTfobia, o capacitismo, o classismo, o patriarcado, enfim, nada se dá separadamente. **Por aqui, o que estamos falando é sobre a falta de água, a inexistência de saneamento e o quanto o termo higienização está encrustado de racismo no país que produziu teorias higienistas.**

Estamos em um país cujas águas — e sua falta — revelam as entranhas da desigualdade. Este estudo terá rosto de mulher, porque é sobre elas que recai o peso de sustentar a si mesmas e aos outros, seja com trabalho não remunerado, seja com luta pelos seus territórios. São elas, como veremos, quem tem garantido os direitos das crianças, mesmo em meio ao absoluto descaso estatal. E são elas, as muitas Carolinas Marias de Jesus, que estão vivendo

hoje como a autora viveu há 80 anos e revelam como o país que ninguém quer ver tem rosto de mulher.

Tomamos emprestada a ideia de temporalidade urbana descrita por Telles (2010, p. 89). A autora descreve como a chegada de equipamentos de consumo, como shoppings e mercados, cria uma clivagem no cotidiano das famílias habitadas a um tempo específico, marcado pelas alternativas a esses grandes negócios, como as pequenas mercearias, que podem ficar bem perto ou bem longe de casa. Aqui, a ideia é pensar uma temporalidade urbana marcada pela ausência de políticas públicas, que é capaz de criar uma demarcação específica na vida das mulheres na cidade. Enquanto parte da cidade, com direitos garantidos, está vivendo “o futuro” — a tecnologia, os sonhos de novas gerações —, outra está concentrada em manter o tempo presente, administrando a escassez e utilizando métodos que as aproxima dos modos de vida de décadas passadas para acessar o que deveria ser fornecido pelo Estado para todas, como a água. Enquanto algumas apenas abrem a torneira, outras levam cinco horas enchendo baldes. É como se algumas mulheres vivessem em um “fuso-horário” específico, marcado por escassez e precariedade. A gestão da cidade, portanto, produz também a forma como as pessoas usam e se localizam no tempo. Passaremos por cada uma das categorias (água, saneamento e higiene) para pensá-las como termos em disputa, que têm sido mote de lutas populares por direito à cidade, à moradia e à dignidade.

# Água: em português, o que sobra nos mapas e falta nas casas

O Brasil concentra 12% do total de água doce disponível no mundo, e 80% de todo esse volume está concentrado na região Norte<sup>2</sup>, por onde passa o Rio Amazonas e seus afluentes. É no nosso país, também, que há uma disputa sobre o sentido da água: enquanto as indústrias a veem como recurso hídrico, ou seja, material disponível para ser explorado, os povos e as comunidades tradicionais lutam pelo reconhecimento do seu sentido cosmogônico, formador das identidades das pessoas e conformador da unidade dos territórios que a água construiu ao longo da história. Há mais de dez anos, por exemplo, os povos ribeirinhos e os indígenas Munduruku lutam contra a construção de usinas hidrelétricas no Tapajós<sup>3</sup>, cujos projetos preveem a construção de barragens e o alagamento de uma área quilométrica à beira do rio. O mesmo têm feito, em Belém, as mulheres do Mandí<sup>4</sup>, organização que atua de forma político-pedagógica para a valorização dos rios como parte das cidades, no sentido de demonstrar como os povos e as cidades se constituíram **em relação à água**, desde suas moradias adaptadas em palafitas acima do nível do rio, até a construção das vias que margeiam os rios urbanos, passando pelo consumo de peixes para alimentação, até o culto de divindades associadas às águas, rios e florestas nativas. As cidades e

as águas são indissociáveis.

**É por aqui também que, segundo dados do último Censo, 4,8 milhões de pessoas vivem sem acesso à água encanada (IBGE, 2022), e mais de 27 milhões não têm acesso à rede geral de abastecimento (fornecidas por companhias públicas ou empresas privadas) e utilizam métodos alternativos. E o problema é ainda pior nas regiões Norte e Nordeste, que, apesar de concentrarem 33% do total de domicílios do país, somam 89% do total de casas sem água canalizada e 96% dos domicílios que utilizam água da chuva como forma de abastecimento. Na prática, isso significa dizer que, na região Norte, onde estão as maiores bacias hidrográficas do mundo, vistas e ressaltadas em todos os mapas do Brasil, também estão as mulheres que cotidianamente buscam água em baldes, com latas d'água na cabeça, em torneiras fora de casa, em poços contaminados ou nas margens dos rios. Onde a água sobra no mapa, falta na casa das pessoas. “Water”, em português, devia ser traduzido como “contradição”.**

Essa foi apenas uma ilustração do que é falar de água no Brasil: um tema que não pode ser tratado sem considerar a construção dos sentidos de território, comuni-

<sup>2</sup> JADE, Líria. Onde está a água no Brasil? Empresa Brasil de Comunicação – EBC, 2018. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/especiais-agua/agua-no-brasil/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>3</sup> Mapa de conflitos. PA – Munduruku e ribeirinhos lutam pela vida e contra complexo de hidrelétricas em seu território. Fundação fiocruz, 2024. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-munduruku-e-ribeirinhos-lutam-pela-vida-e-contra-complexo-de-hidreletricas-em-seu-territorio/#:~:text=Por%20isso%2C%20com%20base%20em,presente%20ao%20povo%20do%20Tapaj%C3%B3s>. Acesso em: 12 ago. 2024

<sup>4</sup> Conheça a Mandí em <https://mandi.org.br/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

dade, partilha, e, enfim, sua relação com o comum<sup>5</sup>. Água, tal como saneamento, são conceitos inscritos em histórias de luta, especialmente das mulheres. São elas, nas suas cidades, bairros, vilas e favelas, que têm estado no front da produção de sentidos para que haja democracia no acesso, qualidade no serviço e partilha dos benefícios de viver com dignidade. Água e saneamento para as mulheres significam um

aumento nos indicadores de saúde e qualidade de vida; uma vida escolar com qualidade para as crianças — já que são elas as responsáveis por levar e buscar, dar banho e fazer as refeições; além da redução no tempo de trabalho doméstico que, hoje, ocupa mais de 21 horas semanais de suas vidas (Think Olga, 2023) — cenário que fica ainda pior quando falta água e sobra esgoto a céu aberto.

## Saneamento: em português, aquilo que não se vê nas favelas

Nas favelas, cidade adentro e Brasil afora, é impossível falar sobre água, saneamento e higiene sem falar de uma das maiores escritoras que o país já conheceu: Carolina Maria de Jesus. Favelada, moradora do Morro do Pinto, no Rio de Janeiro, Carolina já publicava em seus contos, em 1960, a rotina cansativa de buscar água nas torneiras coletivas que abasteciam toda a comunidade e de viver em meio ao lixo, cuja coleta ela mesma fazia para garantir os trocados que mantinham sua vida precária. As favelas, ela já dizia, eram o quarto de despejo da cidade, para onde ninguém queria olhar. A escritora, mulher negra, mãe solo<sup>6</sup> de três crianças, dedicava sua vida à manutenção da subsistência da família, sem auxílio do poder público e, ao contrário, enfrentando os desafios que o abandono estatal produziu, ao longo dos anos, nos territórios de maioria negra nos grandes centros urbanos.

Partimos dos escritos de Carolina para a história da falta de políticas públicas que tratamos neste estudo: é preciso começar a falar sobre saneamento básico dizendo que este não é um tema novo, tampouco uma luta que iniciou agora. A população negra, que vive nas periferias urbanas de todo o país, lutou e luta cotidianamente para a garantia do que deveria ser o básico para todos. Os sentidos acerca da água, disputados pelos povos tradicionais, e a narrativa de Carolina Maria de Jesus sobre a falta d'água, de saneamento e de higienização nas favelas, nos levam a refletir sobre um país desigual, dividido pelo que, para uns, é banal e, para muitos outros, ainda é uma luta. Falar de saneamento básico, por aqui, é, portanto, questão fundamental e revela uma distribuição desigual de acesso a direitos fundamentais, como a dignidade humana, a moradia, a educação e o ir e vir. Nada, nem o mais básico, está dado, tudo precisa ser conquista e, para isso, é necessária a luta constante.

---

<sup>5</sup> O comum, segundo Dardot e Laval (2017), é o princípio político que orienta as lutas coletivas em prol da construção de alternativas democráticas novas, que rompem com os sentidos individuais, comerciais e capitalistas atribuídos às pessoas, coisas e ao meio-ambiente pelo neoliberalismo. O "comum", portanto, é a força que anima as mobilizações coletivas. Nesse sentido, a ideia proposta neste estudo é de que, para pensar o sentido atribuído à água no Brasil, partindo das organizações populares, é preciso inscrevê-lo no comum — neste espaço de luta política que se contrapõe à perspectiva exploratória.

<sup>6</sup> Única responsável familiar das crianças.

# Higiene: em português, um discurso carregado de racismo

Não há como falar acriticamente de “higiene” no Brasil. Isso seria negar décadas de um passado que ainda repercute nos planejamentos das cidades. Passado no qual as perspectivas higienistas e racistas se consolidaram, no século XX, com políticas eugenistas que percebiam nos corpos negros, indígenas e pobres os referenciais de sujeira, doença e perigo. Da mesma forma, o higienismo centrou-se em consolidar conceitos sobre boa saúde nos corpos brancos, atribuindo valor moral aos cuidados cotidianos com o corpo a depender da cor da pele. Na prática, cientistas repetiram publicamente por anos que negros eram sujos, fedidos e vetores de doença.

É preciso demarcar, para atores nacionais e internacionais, que higienização não pode ser confundida com higienismo: enquanto o primeiro conceito se remete a políticas de cuidado com a saúde, a exemplo do que foram as campanhas para lavagem das mãos durante a pandemia de Covid-19, o segundo está atrelado a processos históricos eugenistas, cujo sentido era de eliminação de corpos não brancos. A ideia de higienismo apoia-se em “representações racialmente estereotipadas nas quais a sujeira, o mau odor e a falta de higiene são dissociados das desigualdades materiais do acesso ao saneamento e atrelados à condição inerente de ser negro” (Jesus, 2023). A construção dessa ideia pretendeu, portanto, sob o revestimento de discursos de cientificidade e saúde, conceder aos brancos o poder de dizer o que é limpo, saudável e adequado e remeter negros à ideia de sujeira e doença, ignorando a estrutura urbana que negava políticas de saneamento

às zonas negras das cidades, como o Morro do Pinto, onde viveu Carolina Maria de Jesus. Além de hierarquizar racialmente as vidas das pessoas, organiza a cidade por meio do racismo e preconiza a morte daqueles considerados menos humanos.

Ainda na atualidade, os processos de remoções forçadas e a gestão das políticas públicas de água e saneamento estão orientados pelo higienismo — sobretudo, quando destinam recursos para garantia de políticas públicas em bairros nobres e deixam os bairros pobres, de maioria não branca, à mercê do contato com o lixo, com o esgoto e com os dejetos dos prédios de luxo, tornando-os mais suscetíveis a doenças de veiculação hídrica, arboviroses e verminoses. Ou seja, por políticas que **intencionalmente** produzem territórios sem saneamento básico, os corpos que habitam esses territórios são criminalizados, hostilizados e culpabilizados pela precariedade.



# Saneamento básico: em português, direito ainda não efetivado

Em 2011, a Organização das Nações Unidas incluiu, por meio da Resolução 16/2, o acesso ao saneamento como direito fundamental para a garantia de uma vida com dignidade. Entretanto, a universalização desse direito ainda é um sonho distante no Brasil. Apesar de ter o maior reservatório de água doce do mundo, o país tem 16 milhões<sup>7</sup> de mulheres sem acesso à água. Mesmo sendo signatário das normativas internacionais, ainda está em tramitação a Proposta de Emenda à Constituição n.º 6, de 2021, que quer garantir que o direito à água seja reconhecido como um direito fundamental — com o que fazemos coro. A última movimentação da discussão sobre a proposta ocorreu em outubro de 2023, quando a Comissão de Constituição e Justiça<sup>8</sup> aprovou a admissibilidade da PEC. Agora, o tema precisa ser aprovado por uma comissão especial para ir ao plenário.

Embora tratados de maneira separada, os direitos ao abastecimento de água, ao esgotamento, à limpeza urbana, ao manejo de resíduos sólidos e à drenagem pluvial urbana compõem o que compreendemos, desde a Constituição de 1988, como saneamento básico. Essa é uma expressão comum no vocabulário dos brasileiros por todo o país, que, algumas vezes, assume o

sentido de “esgotamento sanitário” e, em outras, o sentido mais próximo do original, que seria o conjunto de direitos supracitados. O conjunto de políticas públicas é regulado, atualmente, pela Lei n.º 14.026 de 2020. A “Nova Lei do Saneamento”, como ficou conhecida, trouxe avanços e retrocessos para a efetivação do acesso da população. A lei estabeleceu a meta de universalização dos serviços até 2033, instituiu a criação de agências reguladoras em nível municipal e estadual e exigiu a criação de planos estaduais e municipais de saneamento básico e de fundos de financiamento para a promoção dos serviços.

Por outro lado, na contramão dos avanços, a lei fomentou a privatização, por meio da possibilidade de concessões e parcerias público-privadas (PPP). O que vemos, na prática, é que um dos maiores entraves para a população tem sido o serviço privatizado: em Santa Rita, cidade paraibana que é polo de produção industrial e engarrafamento de água mineral, por exemplo, a maior parcela da população vive sem acesso à água potável, e o quadro foi muito agravado depois da concessão do serviço para a empresa Águas do Nordeste (ANE). A população precisa decantar a água barrenta que chega pela torneira — quando chega

---

<sup>7</sup> Águas do Rio. Saneamento tem gênero? No Brasil, 16 milhões de mulheres não têm acesso à água tratada e 38% vivem em locais sem coleta de esgoto. 22 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://aguasdorrio.com.br/saneamento-tem-genero-no-brasil-16-milhoes-de-mulheres-nao-tem-acesso-a-agua-tratada-e-38-vivem-em-locais-sem-coleta-de-esgoto/#:~:text=No%20Brasil%2C%2016%20mil%3%20de,mulheres%20sem%20coleta%20de%20esgoto>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>8</sup> MORAES, Paula. Comissão aprova admissibilidade de PEC que define água potável como direito fundamental. Agência Câmara de Notícias, 18 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1007826-COMISSAO-APROVA-ADMISSIBILIDADE-DE-PEC-QUE-DEFINE-AGUA-POTAVEL-COMO-DIREITO-FUNDAMENTAL>. Acesso em: 26 ago. 2024.

—, deixando-a por dias em baldes, até que se separe a lama e o líquido. Em Manaus, onde a privatização da água e do saneamento se deu ainda na década de 2000, as empresas responsáveis pelo serviço mudam frequentemente, e o povo continua sem abastecimento de água adequada<sup>9</sup>, principalmente em periferias e zonas de moradia em palafitas. Uma das principais pautas do Fórum das Águas de Manaus, que reúne diversos atores e entidades da sociedade civil manauara, é questionar a privatização, sob a compreensão de que o serviço oferecido à população não deveria objetivar o lucro de grandes empresas, mas a segurança da população. Por lá, ainda que seja um dos maiores redutos hídricos do país, há mais de 290 mil moradores de domicílios sem abastecimento de água pela rede geral<sup>10</sup>. A privatização também ocorreu, mais recentemente, em 2021, no Rio de Janeiro, com a concessão dos serviços para a Águas do Rio. As contas de água chegaram a um aumento de 564%<sup>11</sup> e não houve universalização do acesso.

A população tem pagado um preço alto pela omissão estatal na garantia de direitos. Em todo país, o que se vê são arranjos de precariedade, mas há diferenças importantes: nas regiões Norte e Nordeste, o problema é muito maior, como mostram os indicadores dos estados que os colocam nas piores classificações. O último Censo

(2022) revelou que essas regiões ficaram para trás<sup>12</sup> dos avanços em saneamento pelo Brasil. Há municípios nordestinos que não chegam a 8% dos domicílios conectados à rede geral de esgoto, como é o caso de Santa Rita, na Paraíba. Falar sobre a luta pelo direito à água, saneamento e higiene é revelador das desigualdades sociais e regionais que fundaram o Brasil e continuam sendo atualizadas por meio da gestão do acesso ao que deveria ser básico.

A luta por água, saneamento e moradia digna enfrenta muitos desafios. Mesmo sob gestão federal de um governo progressista, o poder Legislativo é ainda um entrave para avanços e a conjuntura política nacional é de retrocessos. Durante a escrita deste estudo, tramitou na Câmara o Projeto de Lei n.º 709/23, que pune movimentos por moradia e ocupantes de terras e prédios sem uso. Redigido pela extrema-direita, o projeto prevê que militantes pela função social da propriedade, garantida pela Constituição Federal, sejam punidos com a suspensão de benefícios sociais, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e o Auxílio Gás. Há, atualmente, na Câmara e no Senado, bancadas que atravancam o direito à moradia, à cidade e à dignidade. É nesse contexto de contradição e negação de direitos que segue a luta por água, saneamento e cidades mais justas e democráticas.

---

<sup>9</sup> Rocha, Sandoval Alves. As contradições da privatização do saneamento em Manaus. ONDAS – Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento. Disponível em: <https://ondasbrasil.org/as-contradicoes-da-privatizacao-do-saneamento-em-manauas/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>10</sup> Segundo dados do Censo 2022, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e disponível na Plataforma Sidra. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6894#resultado>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>11</sup> Sintaema (Sindicato dos trabalhadores em água, esgoto e meio ambiente do estado de São Paulo). Saneamento ou Saqueamento? Privatização da água no RJ multiplica tarifa por 10. 30 de abril de 2024, disponível em: <https://sintaemasp.org.br/noticias/cedae-tarifa-maiscara#:~:text=A%20privatiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Companhia%20Estadual,parecem%20cifras%20de%20um%20leil%C3%A3o>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>12</sup> MALCHER, Andrea. Acesso a rede de esgoto aumenta, Norte e Nordeste ainda ficam para trás. Correio Braziliense, 16 de junho de 2023. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2023/06/5102388-acesso-a-rede-de-esgoto-aumenta-norte-e-nordeste-ainda-ficam-para-tras.html#google\\_vignette](https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2023/06/5102388-acesso-a-rede-de-esgoto-aumenta-norte-e-nordeste-ainda-ficam-para-tras.html#google_vignette). Acesso em: 26 ago. 2024.

# E o que isso tem a ver com moradia?

Moradia digna é muito mais que um teto e quatro paredes. Moradia é um direito constitucional no Brasil e um direito humano em todo o mundo, que precisa de sete elementos para ser considerada adequada:

1. **Segurança de posse**, ou proteção contra remoções e despejos;
2. **Serviços e infraestrutura**, como água e saneamento, essenciais para saúde, segurança e bem-estar;
3. **Custo acessível**, que não comprometa outras necessidades básicas;
4. **Habitabilidade**, que proporcione conforto e proteção contra frio, calor e chuva, por exemplo;
5. **Localização**, que permita acesso a trabalho, serviços de saúde, escola, creches e outros serviços,
6. **Acessibilidade**, que garanta o direito de ir e vir, principalmente para portadores de necessidades especiais;
7. **Adequação cultural**, que possibilite a expressão da identidade e diversidade cultura.

Contudo, o Brasil tem **6,2 milhões de domicílios em déficit habitacional**, que inclui o ônus excessivo com aluguel, a coabitação e a extrema precariedade. Além disso, **26,5 milhões de domicílios apresentam algum tipo de inadequação habitacional**, que podem ser carências de infraestrutura, como abastecimento de água e esgotamento sanitário; carências edilícias (do edifício), como ausência de banheiro exclusivo ou inexistência de reservatório para armazenamento de água; ou inadequação fundiária, segundo dados da Fundação João Pinheiro, 2024. Os dados revelam ainda que o problema afeta principalmente mulheres (62,6%), pessoas negras (66,3%), de mais baixa renda (74,5%) e que estão nas regiões Norte (76,5%) e Nordeste (58,8%).

Esse é um retrato da violação do direito à moradia no Brasil<sup>13</sup>. É resultado de séculos de negligência do estado, quando a população mais desfavorecida só pôde

---

<sup>13</sup> Esse número ainda é subestimado, pois não inclui, por exemplo, a população em situação de rua, grupo que representa uma demanda concreta por políticas habitacionais, mas que, por não terem um domicílio, não entram na conta da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad).

contar com sua própria sorte, suas redes e seus recursos para ter acesso a moradia. Isso significa dizer que as famílias mais empobrecidas, geralmente negras e chefiadas por mulheres, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, geralmente só conseguem acessar moradia em locais sem abastecimento de água ou esgotamento sanitário e muitas vezes vivem sem banheiros ou sem formas seguras de armazenar água. Significa dizer que as famílias que precisam escolher se comem ou pagam o aluguel no fim do mês têm de comprometer ainda mais sua renda e seu bem-estar para comprar água potável se não quiserem adoecer por doenças do século passado que ainda rondam suas realidades, como cólera, amebíase e diarreia. Significa dizer que, quando uma pessoa é despejada e perde sua casa, é somente em condições ainda mais precárias de água e saneamento que ela vai conseguir se reestabelecer.

Se a água é o que sobra nos mapas, mas falta nas casas, e o saneamento é aquilo que não se vê nas favelas, é pela negligência do poder público em garantir as condições mínimas de moradia adequada seja da porta para dentro ou da porta para fora da casa das famílias brasileiras.

Na Habitat para a Humanidade Brasil, trabalhamos e defendemos a **moradia adequada como porta de entrada para muitos outros direitos**, como saúde, educação, segurança. Acreditamos que a realização do direito à água e ao saneamento se materializa também nas condições de moradia e infraestrutura dos territórios populares brasileiros, que precisam ser priorizados por políticas públicas que visem a cidades mais justas, inclusivas, seguras e resilientes.



*Refiro-me a quem vive  
Com um salário de fome  
Àquela que sobrevive  
E que, às vezes, nem come  
Que nenhum parlamentar  
Nem prefeito vai citar  
Porque não sabe seu nome  
É a mulher invisível  
A quem vou me reportar  
Para mim, indescritível  
O grau de seu mal-estar  
A ela, a louvação  
Toda condecoração  
Pra ela se deve dar*

**(Salette Maria, no cordel “Mulheres invisíveis de Juazeiro”, 2009)**

# Capitais invisíveis, no feminino

Se o **trabalho doméstico** já é altamente penoso para as mulheres, imagina fazê-lo sem água ou convivendo com esgotos a céu aberto, vendo seus filhos adoecerem constantemente, por vezes tendo de passar dias internados em um hospital em decorrência de doenças que poderiam ser evitadas com o simples acesso à água potável? A **invisibilização do trabalho de cuidado** com a casa e com os outros leva as histórias e os desafios dessas mulheres, ainda mais precarizadas pela escassez de recursos básicos, também para a **invisibilidade**. E não estamos falando de poucas delas. Ainda que nosso recorte seja bem delimitado e tratemos, aqui, dos impactos da falta de acesso a água, saneamento e higiene na vida das mulheres nas capitais, isso não significa que o universo deste estudo seja pequeno. Para se ter uma ideia, com base nos dados do Censo 2022, divulgados pelo IBGE, **estimamos estar falando de 4.530.303 mulheres, e o número ul-**

**trapassa os 38 milhões se considerarmos todo o Brasil.**

Antes de falar dessas mulheres, vejamos um panorama da população em geral: **27.084.899 brasileiros vivem em domicílios sem abastecimento pela rede geral**, e 4.813.949 sequer possuem água canalizada. Imagine depender de cuias<sup>14</sup>, cumbucas e reservatórios para fazer qualquer coisa diariamente. O esgotamento sanitário é ainda mais precário para a população, e há **74.574.879 de moradores que utilizam formas de esgotamento alternativas à rede geral**, como fossa séptica não ligada à rede (26.726.877), fossa rudimentar ou buraco (39.291.581), despejo de dejetos em vala (2.980.178), em rio, lago, córrego ou mar (4.072.681) ou outras formas (1.503.532). Há, ainda, mais de **4,5 milhões de brasileiros que vivem em moradias sem banheiro próprio**, dos quais: 1.008.425 compartilham banheiros entre

---

<sup>14</sup> Como são chamados os pequenos potes ou as cascas de coco seco utilizadas como recipientes.

mais de um domicílio, 2.349.448 têm apenas sanitário ou buraco para dejeções, sem um cômodo destinado às necessidades, e 1.182.349 de moradores não têm sanitário, nem banheiro. Mais de **18 milhões de pessoas destinam o lixo para outro lugar que não a coleta feita pela companhia responsável**, dos quais 15.931.499 queimam o lixo na propriedade, 558.125 enterram e 1.257.850 jogam em terreno baldio, encosta ou área pública.

Mas, precisamos falar sobre as mulheres. Até junho de 2024, quando este relatório foi escrito, o IBGE ainda não havia divulgado dados sobre abastecimento de água, esgotamento, coleta de lixo e banheiros que qualificassem os moradores dos domicílios por sexo. As variáveis disponíveis na Plataforma Sidra deram conta apenas da idade e cor/raça da população em algumas seções. Portanto, para criar uma estimativa aproximada do total de mulheres morando em domicílios permanentemente ocupados que não têm condições adequadas de acesso à água e ao saneamento, utilizamos o percentual da população feminina das capitais para calcular o número proporcional de moradoras. É certo que esta forma de proporção pode subdimensionar o problema, já que os bolsões de pobreza são altamente generificados e compostos majoritariamente por mulheres, sobretudo negras<sup>15</sup>. Mas, a fim de aproximar o dado da realidade com alguma segurança, optamos

por utilizar a proporção feminina da população de cada capital<sup>16</sup>, que também é dado produzido pelo IBGE.

Consideramos, para esta sistematização, as seguintes categorias que consistem em violações do direito a água, saneamento e higiene: 1) mulheres vivendo sem água canalizada, ou seja, sem encanamento que conduza a água para dentro de suas casas, de modo que ficam obrigadas a se deslocarem para buscar e armazenar água em recipientes e utilizá-la cotidianamente em potes<sup>17</sup>; 2) mulheres vivendo em domicílios sem ligação com a rede geral de esgoto, que recorrem a fossas, buracos, valas, rios, lagos, córrego, mar ou outras formas de esgotamento<sup>18</sup>; 3) mulheres sem recursos para destinação do lixo, que precisam destinar lixo “enterrando na propriedade”, “queimando na propriedade”, “jogando em terreno baldio, encosta ou área pública” e “outra forma”<sup>19</sup>; e 4) mulheres sem banheiros próprios em casa, ou seja, que utilizam “apenas banheiro de uso comum a mais de um domicílio”, “apenas sanitário ou buraco para dejeções, inclusive ou localizados no terreno” e “sem banheiro nem sanitário”<sup>20</sup>.

Todos os dados aqui contidos têm como fonte o IBGE, mas são elaborações da Habitat para a Humanidade Brasil. Esta proporção não tem como finalidade reproduzir a realidade tal como faz o Censo, mas aproveitar os dados da instituição para ilus-

---

<sup>15</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. Fatia de mulheres abaixo da linha de pobreza no Brasil supera a de homens. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/03/fatia-de-mulheres-abaixo-da-linha-de-pobreza-no-brasil-supera-a-de-homens.shtml#:~:text=O%20percentual%20%C3%A9%20maior%20do,%20C9%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20geral>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>16</sup> Dessa forma, por exemplo, se em uma determinada capital existem X moradores de domicílios sem abastecimento de água pela rede geral e Y% da população desta capital é feminina, multiplicamos X por Y% para estimar o número de mulheres nesta condição.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6909#resultado>. Acesso em: 12 ago. 2024.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7555#resultado>. Acesso em: 12 ago. 2024.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9541#resultado>. Acesso em: 12 ago. 2024.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9397#resultado>. Acesso em: 12 ago. 2024.

trar os efeitos do problema de saneamento básico na vida das mulheres. Ao classificar as variáveis considerando a violação do acesso e do direito e a falta de recursos,

queremos dar luz à falta de políticas públicas que garantam as condições mínimas para que as mulheres vivam com dignidade. Com isso, temos:

Tabela 1. Mulheres vivendo sob violação do direito ao saneamento básico nas capitais brasileiras

Capital	Mulheres vivendo sem água canalizada	Mulheres vivendo sem ligação com a rede de esgoto	Mulheres sem banheiros próprios	Mulheres sem recursos para destinação do lixo
Aracaju (SE)	1.103	41.318	381	1.294
Belém (PA)	10.272	280.051	5.692	18.992
Belo Horizonte (MG)	316	37.335	884	6.954
Boa Vista (RR)	1.178	82.902	2.149	7.854
Campo Grande (MS)	961	160.959	416	3.550
Cuiabá (MT)	1.246	100.655	1.066	7.677
Curitiba (PR)	443	28.737	685	1.182
Florianópolis (SC)	200	124.453	175	532
Fortaleza (CE)	8.550	377.386	2.538	4.947
Goiânia (GO)	1.219	173.826	451	1.830
João Pessoa (PB)	619	136.101	631	3.119
Macapá (AP)	5.926	189.729	5.360	12.281
Maceió (AL)	1.537	243.812	1.095	11.971
Manaus (AM)	12.562	538.987	8.964	29.145
Natal (RN)	776	225.290	488	2.737
Palmas (TO)	164	44.031	287	1.977
Porto Alegre (RS)	2.380	122.280	1.835	4.662
Porto Velho (RO)	7.080	180.936	2.852	18.828
Recife (PE)	6.780	269.348	3.133	13.900
Rio Branco (AC)	6.556	58.610	7.528	9.944
Rio de Janeiro (RJ)	5.831	179.941	3.241	30.286
Salvador (BA)	2.544	68.690	1.510	24.671
São Luís (MA)	7.467	264.492	11.759	21.406
São Paulo (SP)	5.739	321.422	6.224	18.238
Teresina (PI)	1.047	278.425	4.255	18.792
Vitória (ES)	242	588	138	465
<b>Total mulheres nas capitais</b>	<b>92.736</b>	<b>4.530.303</b>	<b>75.245</b>	<b>277.233</b>
<b>Total mulheres em todo o Brasil</b>	<b>2.478.221</b>	<b>38.391.132</b>	<b>2.337.306</b>	<b>9.470.645</b>

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9397#resultado>. Acesso em: 12 ago. 2024.

No total, temos **92.736 mulheres sem água canalizada nas capitais brasileiras e 2.478.221 em todo país**<sup>21</sup>. Isso significa que quase cem mil mulheres carregam águas em baldes e utilizam potes em suas rotinas diárias nas capitais, onde espera-se que as

condições de infraestrutura sejam melhores que em cidades de menor porte. Uma dessas mulheres é Dona Marinalva, que precisa utilizar uma bica comunitária para encher seus reservatórios improvisados, como na imagem:



Imagem 1. Reservatórios improvisados. Fotografia de Engels França. Acervo Habitat Brasil.

A labuta para garantir algum abastecimento em casa não se limita a encher os reservatórios (inseguros e altamente perigosos pela possibilidade de contaminação e proliferação de mosquitos transmissores de vírus), mas ao horário: Marinalva precisa acordar de madrugada para se enfileirar pela rua da comunidade, e, como explicou,

cada morador só pode encher dois baldes por vez. Mãe de uma filha pré-adolescente, ela se divide entre o trabalho doméstico, os cuidados com a filha, a gestão da precariedade da água e os danos colaterais à sua saúde. Com hérnia de disco, ela sofre dores constantes pela sobrecarga da coluna nessa lida.

---

<sup>21</sup> Refere-se ao dado de moradoras sem água canalizada de acordo com as categorias utilizadas pelo IBGE, que, na nota técnica, especifica: “Pesquisou-se a existência de canalização de água para o domicílio particular permanente ou para o terreno ou propriedade em que se localizava, classificada como: Em pelo menos um cômodo – quando o domicílio era servido de água canalizada com distribuição interna para um ou mais cômodos; No terreno ou na propriedade – quando o domicílio era servido de água canalizada até a propriedade ou terreno em que se encontrava sem haver distribuição interna para pelo menos um dos seus cômodos; ou Não existe – quando não existia água canalizada no domicílio e nem na propriedade ou no terreno em que se localizava”. IBGE, 2022, p. 16, grifos nossos. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/download/SNIG\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/download/SNIG_notas_tecnicas.pdf). Acesso em: 12 ago. 2024.



Imagem 2. Lavando roupa sem água canalizada. Fotografia de Coletivo Revelar.si. Acervo Habitat Brasil.

Além de Marinalva, conhecemos as rotinas de dezenas de outras mulheres que, também sem água canalizada em casa, são duplamente penalizadas pelo trabalho doméstico: primeiro, por serem as responsáveis principais pelo trabalho não remunerado e, depois, por precisarem despendermuito mais tempo e energia para os serviços do que se vivessem em domicílio com acesso à água na torneira. Lavar roupas,

lavar louça, limpar a casa, que poderiam ser atividades rotineiras, levam muito mais tempo — ocupando parte potencialmente produtiva da vida dessas mulheres, pois elas poderiam estar gerando renda para si mesmas e para suas famílias, estudando ou apenas usufruindo de um momento de lazer ou descanso.

**O número de mulheres vivendo em domicílios sem acesso à rede geral de esgoto é ainda mais alarmante, como dissemos: são 4.530.303 apenas nas capitais brasileiras.** Isso inclui domicílios que usam formas alternativas de esgotamento sanitário, como fossa séptica não ligada à rede, fossa rudimentar ou buraco, despejo em vala, em rio, lago, córrego ou mar, ou outras formas. Ou seja, domicílios em que as águas servidas e dos dejetos (provenientes do banheiro ou sanitário) não estavam ligadas a um sistema de coleta que conduzisse a um desaguadouro geral da área, região ou município, segundo a definição do IBGE.

Consideramos que aquelas cujos domicílios não estão conectados à rede de esgoto estão sob violação do direito ao saneamento, sobretudo porque não há como o poder público monitorar os impactos das formas de esgotamento improvisadas, produzir indicadores e mitigar os riscos de contaminação das pessoas, do lençol freático, do solo e dos biomas locais. Há, ainda, uma marca territorial de marginalização na forma da gestão do esgotamento sanitário e, ao não integrarem essas casas à rede ge-

ral, os estados e municípios negligenciam a integração à cidade, demarcando, pela via subterrânea dos encanamentos de esgoto, zonas que estão fora das suas políticas públicas.

Essas mulheres vivem em favelas, periferias e bairros pauperizados que são assim caracterizados, entre outros fatores, por terem sido historicamente negligenciados nos planos e nas intervenções de saneamento, como a criação e ampliação das redes gerais. E isso revela desigualdades tanto intraurbanas, como entre cidades ou entre regiões do país. **Nas capitais do norte do país, por exemplo, onde o número de mulheres vivendo em domicílios sem ligação com a rede geral de esgoto é 2,5 vezes maior do que o número do sudeste,** o que vimos foram palafitas urbanas, onde as pessoas descartam suas necessidades in natura direto na água dos igarapés sob suas casas, ou seja, vivem sobre o esgoto. Outras tantas vezes, identificamos casas em lotes tão pequenos e edificações tão precárias que fossa e poço se confundem, o que resulta em contaminação da água para uso das famílias.



Imagem 3. Palafita urbana em Belém. Fotografia de Hugo Chaves. Acervo Habitat Brasil.

**Quantos quilômetros de distância social separam alguém que vive em uma palafita urbana de alguém que mora em um arranha-céu na mesma capital?** Ainda que esses edifícios fiquem a apenas dez minutos dali, estamos tratando de mundos diferentes, em um dos quais as mulheres precisam lidar com pragas, como insetos e roedores, em uma verdadeira batalha cotidiana. Não há saúde mental que resista ao estresse da absoluta precariedade. Em relato, uma moradora contou que utili-

za venenos diariamente para combater as pragas e que deve ficar sempre alerta, por conta das crianças: “Aqui é veneno todo dia. Eu espalho naftalina, passo spray e, por mais que você limpe, sempre aparece rato, barata, lacraia, não tem jeito. Fico de olho nas crianças porque sei que é perigoso pra elas, mas se deixar bicho, também é”. Além da transmissão de doenças, o combate às pragas também se torna um risco para as crianças e, por isso, uma carga mental a mais no trabalho de cuidado das mulheres.

*Eu tenho uma gata que mata os ratos. A gente mora em cima do bueiro, mas eu deixo tudo limpinho aqui. Vira uma casa de rato, de sapo, de cobra, contamina tudo... onde tem resíduo de alimentação, os ratos vão querer ficar lá. Em todo lugar, existe um descaso dos poderes públicos. (Moradora de Manaus, 67 anos)*

A rotina, além de exaustiva, sofre impactos objetivos, na saúde física, e subjetivos, com alta produção de estresse, estado de alerta e constante preocupação consigo e com os outros, especialmente com as crianças. De acordo com o relatório “Esgotadas”, da ONG Think Olga, 70% das pessoas diagnosticadas com depressão e ansiedade no Brasil são mulheres. Entre aquelas que responderam ao questionário do estudo, 60% indicou que sofre por viver uma vida pauperizada e que gostaria de ter mais dinheiro, o que a organização nomeou de angústia da escassez (Think Olga, 2023, p. 28). Ou seja, a pobreza e as condições precárias de vida são psiquicamente adoecedoras. Além disso, a organização ressalta o quanto a sobrecarga do trabalho de cuidado, não remunerado, aumenta o sofrimento mental, por demandar muito tempo de vida das mulheres cuidadoras. Some à sobrecarga, que produz pauperização e sofrimento psíquico (Think

Olga, 2023), o fato de morar em cima de um esgoto e perceber como a infraestrutura da habitação e a violação do direito à água e ao saneamento são camadas de aprofundamento radical das dificuldades financeiras e do adoecimento mental.

Por falar em sofrimento psíquico, que se soma aos riscos à saúde física e à integridade, pensemos, ainda, nas **75.245 mulheres que vivem nas capitais em domicílios sem banheiro próprio, número que ultrapassa os 2,3 milhões de mulheres em todo o Brasil**. Manaus, São Luís e Rio Branco são as capitais com maior número de mulheres vivendo em habitações sem banheiro ou sanitário, mais uma vez reflexo das desigualdades entre as regiões do Brasil. **Há 3 vezes mais mulheres sem banheiro próprio nas capitais da região Norte do que nas capitais do Sudeste**. São pessoas que possuem apenas um banheiro comum a mais de um domicílio, ou seja, dividem este

cômodo com vizinhos; possuem apenas sanitário ou buraco para dejeções ou que não tinham banheiro nem sanitário, também de acordo com as categorias utilizadas pelo

IBGE. A moradora de Tapanã, em Belém, é uma delas e nos mostrou o espaço que utiliza para tomar banho e fazer suas necessidades:



Imagem 4. Casa sem banheiro ou sanitário. Fotografia de Yasmin Rodrigues. Acervo Habitat Brasil.

Ela contou que as necessidades “*eu faço num saquinho, boto no quintal, enterro e jogo o saquinho fora, xixi é no balde mesmo, depois a gente enterra também*”. Não há divisão entre o espaço e o quintal; a abertura, por onde se veem toalhas penduradas, dá acesso direto à área com grama e plantas que divide espaço com a área reservada para enterrar os dejetos. A água que utilizam no banho escorre diretamente para o terreno também. Para além dos riscos de contaminação, com a relação direta com as

próprias fezes e urina, além da umidade e do acúmulo de dejetos no terreno, há, ainda, o tempo e o trabalho gastos para o descarte, a falta total de conforto e privacidade. A menstruação, nessas condições, passa a ser um obstáculo a mais na rotina — veremos, em seção específica, como a gestão da menstruação é diferente sob a violação do direito à água e ao saneamento, configurando o que tem sido nomeado de pobreza menstrual.



Imagem 5. Balde e cuia para banho em casa sem banheiro ou sanitário. Fotografia de Yasmin Rodrigues. Acervo Habitat Brasil.

Além de representar o trabalho desempenhado para encher os baldes, a dificuldade envolvida na gestão do banho de cuia, sobretudo em períodos menstruais e a lida com os dejetos no próprio terreno, a imagem nos traz mais uma reflexão: nesse caso, a moradora possui água canalizada, ou seja, ponto de água dentro da residência, mas, sem banheiro ou sanitário, ela permanece em vulnerabilidade. Note como a pesquisa qualitativa contribui para um olhar que qualifica os dados estatísticos: os dados de inexistência de água canalizada nos indicam que as mulheres vivem em domicílios que não possuem encanamento, ou seja, pontos de água, mas há, ainda, mulheres em residências com infraestrutura

de canalização por onde não há abastecimento, ou seja, a água não chega, chega de forma intermitente ou chega em péssimas condições (com cheiro, gosto, cor). Há, ainda, como a casa dessa moradora, o ponto de água baixo, que serve apenas para encher o balde que servirá para tomar banho e lavar urina e dejetos, o que não assegura qualidade no acesso à água. O interesse na pesquisa qualitativa se deu justamente por perceber que essas categorias, na prática, são ainda mais complexas e demandam uma observação cuidadosa, orientada pelo olhar das moradoras, para que consigamos qualificar as discussões sobre acesso à água, ao saneamento e à moradia.

Outra violação de direitos que percebemos nos relatos de diversas comunidades e que os dados reafirmam é a **falta de coleta de lixo** — consideramos que as mulheres estão sob violação do direito ao saneamento quando não possuem recursos para descarte do lixo. **277.233 mulheres nas capitais, e mais de 9,4 milhões em todo o Brasil, precisam encontrar formas de descarte que lhes exigem tempo, dinheiro, deslocamento e trabalho.** Para esse dado, consideramos mulheres moradoras de domicílios que descartam o lixo na propriedade, queimam no próprio terreno ou destinam a terrenos baldios. Em algumas comunidades, os lixos se acumulam, atraem insetos, produzem chorume, contaminam o solo e disseminam doenças. Ademais, a falta de coleta de lixo também acentua a dificuldade na realização do trabalho doméstico que as mulheres precisem se deslocar para o ponto de descarte (e acúmulo) comunitário ou gerenciar ainda a queima ou o descarte no próprio espaço.

São nesses territórios que, pela ausência do serviço público, as pessoas precisam conviver e lidar diretamente, em seu cotidiano, com o acúmulo de lixo ou com a fumaça malcheirosa da queima — e que o discurso higienista, como ressalta Jesus (2023), responsabiliza e criminaliza os moradores, isentando o poder público pela violação sistemática de direitos. Além dos impactos na vida, no trabalho e na saúde das mulheres, a falta de coleta de lixo é um problema ambiental e que tem afetado principalmente territórios racializados (as periferias, favelas, bairros e vilas pauperizadas). Pensando como o autor, **o cheiro de lixo acumulado, na verdade, é de racismo (Jesus, 2023).**

O racismo ambiental (Bullard, 2004) pode ser definido como um conjunto de

práticas, intencionais ou não, que produzam prejuízos majorados às populações racializadas por meio das condições ambientais, dos espaços de lazer, da infraestrutura de moradia, enfim, daquilo que compõe o espaço de habitação humana. Nesse sentido, produzir, pela omissão da oferta de coleta de lixo, o acúmulo de resíduos sólidos, que ainda se somam à falta de drenagem pluvial em quase todos os territórios, é não apenas fazer as pessoas viverem (no presente) em risco, mas colocar em risco também os seus futuros. Isso porque, ao falarmos de saneamento básico, estamos falando também da prevenção de tragédias — a falta de rede de esgotamento, de drenagem e o acúmulo de lixo são uma bomba-relógio para as enchentes que devastam territórios inteiros, como acabamos de presenciar no Rio Grande do Sul. Largar comunidades inteiras à própria sorte é produzir adoecimento no presente e risco de morte no futuro. Além disso, essas comunidades são constantemente expostas como culpadas pela má destinação do lixo ou pela poluição dos rios urbanos. O relatório do Painel Intergovernamental Sobre Mudança do Clima explica que esse é mais um dos efeitos do racismo ambiental e que, ao contrário de culpadas, essas são as pessoas mais prejudicadas pela crise climática causada pela ausência total de planejamento, infraestrutura e políticas públicas. Entre 2010 e 2020, a mortalidade humana causada por enchentes, secas e tempestades foi 15 vezes maior em regiões altamente vulneráveis, em comparação com regiões com vulnerabilidade muito baixa (IPCC, 2023, p. 69).

Todas as violações de direitos mencionadas nesta seção, à água, ao saneamento, à coleta de lixo e à infraestrutura de moradia, estão correlacionadas por dois fatores: 1) prejudicam muito mais as mulheres

em seus cotidianos, retirando delas tempo de vida, saúde física e mental, dinheiro e dignidade; e 2) estão concentradas em territórios racializados. Mesmo nas capitais brasileiras nas grandes metrópoles, há periferias inteiras que não conhecem o que é água na torneira. Há mulheres nessas periferias adoecendo, dia após dia, por não terem o básico. E é preciso mencionar: há uma gestão intencional de produção de marginalidade<sup>22</sup> na negligência estatal nessas regiões — ao não priorizar as áreas periféricas e empobrecidas, o poder público

aumenta as desigualdades de gênero, raça e renda por meio da gestão das políticas de saneamento básico. Nas regiões Norte e Nordeste (que são historicamente racializadas, afro-indígenas), os indicadores são ainda piores e evidenciam uma produção de marginalidade na distribuição de políticas públicas mesmo a nível das regiões do país. Com isso em mente, vamos aprofundar a reflexão sobre os impactos da violação do direito a água e saneamento na vida das mulheres, a começar pela sua saúde, na próxima seção.

---

**No país inteiro, de acordo com dados do Censo 2022, há 366.909 domicílios sem banheiro ou sanitário. Para cada domicílio sem banheiro, há 15 com 3 banheiros ou mais, o que escancara a desigualdade das infraestruturas de moradia. A falta de infraestrutura habitacional tem cor: a população negra<sup>23</sup> é cinco vezes maior em relação aos brancos que não possuem banheiro e apenas metade do total de pessoas com 3 banheiros em casa. Enquanto há brasileiros e brasileiras vivendo com tantos privilégios, outros carecem do básico e sobrevivem com muito pouco.**

**As desigualdades regionais se evidenciam nas regiões Norte e Nordeste, principalmente em relação à violação dos direitos das mulheres. Essas regiões, juntas, concentram 87% das brasileiras vivendo em domicílios sem água fornecida pela rede geral, 72% daquelas sem esgotamento sanitário, 72% das que vivem sem coleta de lixo no país e 77% do total de mulheres que têm enfrentado, cotidianamente, a falta de um banheiro em suas casas para cuidarem da sua higiene íntima, o que as deixa sem privacidade e segurança enquanto tomam banho e fazem suas necessidades, além de prejudicar a autoestima e dificultar ainda mais o trabalho de cuidado com crianças e idosos.**

---

<sup>22</sup> O Estado produz territórios marginalizados ao alijá-los dos direitos básicos. Cria-se uma fronteira entre zonas ricas e pobres por meio da gestão de políticas públicas.

<sup>23</sup> Soma de pretos e pardos.

## VISÃO GERAL

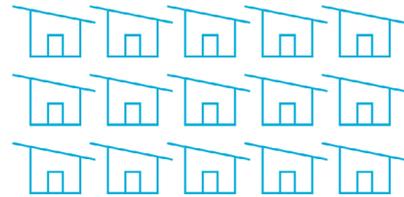
no país inteiro, há

# 366.909

domicílios **sem banheiro ou sanitário**

## desigualdade das infraestruturas

Para cada domicílio sem banheiro



há **15** com **3** banheiros ou mais.

### A falta de infraestrutura habitacional tem cor



a população negra é **5x maior** em relação às pessoas brancas que não possuem banheiro



e apenas metade do total de pessoas com 3 banheiros em casa

## as regiões Norte e Nordeste concentram



**87%** das brasileiras vivendo em domicílios sem água fornecida pela rede geral



**72%** não possuem esgotamento sanitário



**77%** do total de mulheres que enfrentam a falta de um banheiro em suas casas



**72%** vivem sem coleta de lixo local

**Nas capitais do Norte**, em comparação às capitais do Sudeste, há:

**3 vezes** mais mulheres vivendo sem banheiro próprio;

**2,5 vezes** mais mulheres sem acesso à rede geral de esgoto;

*o cheiro de lixo acumulado, na verdade, é de racismo (Jesus, 2023)*



# Adoecidas

O adjetivo “adoecidas” foi aqui empregado para nomear como a negligência do poder público produz adoecimento. Queremos verificar como a violação do direito a água e saneamento impacta a vida das mulheres sem considerar esse processo como consequência de causas naturais. As mulheres não são ou estão doentes por acaso, mas tiveram seus corpos adoecidos como respostas do organismo à violação de direitos.

A fim de qualificar as análises sobre os impactos da falta de acesso à água potável e ao saneamento na saúde das mulheres, esta pesquisa debruçou-se sobre os dados de internações por doenças motivadas ou agravadas por este fator nas capitais. Para

isso, utilizamos a plataforma DataSUS, que reúne os dados do Sistema Único de Saúde, e monitoramos o ano de 2023, de janeiro a dezembro.

Primeiro, observamos as internações por doenças de transmissão hídrica em meninas, mulheres e idosas de todas as idades nas capitais, tais como cólera, malária, amebíase, diarreia, leptospirose, esquistossomose, febre amarela, dengue, doenças que têm relação direta com as condições de saneamento básico e moradia. Em seguida, nos dedicamos aos dados referentes às doenças uterinas e pélvicas em meninas de 10 a 19 anos, com o objetivo de promover uma reflexão sobre pobreza menstrual<sup>24</sup> que, para além

---

<sup>24</sup> UNICEF. UNICEF leva absorventes e informação a mais de 55 mil adolescentes e jovens que menstruam no Norte e Nordeste. 26 de maio de 2022, disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-leva-absorventes-e-informacao-mais-de-55-mil-adolescentes-e-jovens-que-menstruam#:~:text=A%20dificuldade%20de%20acesso%20a,pode%20levar%20%C3%A0%20evas%C3%A3o%20escolar>. Acesso em: 26 ago. 2024.

da disponibilidade de absorventes, como já apontou a Unicef, considere também as condições da infraestrutura de saneamento e da moradia das mulheres e corpos que menstruam. Ademais, percebemos que os impactos sobre as meninas e as mulheres caminham juntos por, pelo menos, dois motivos: 1) a falta de acesso a direitos básicos desde tenra idade deixa marcas no futuro das crianças e adolescentes, impactando seu rendimento escolar e seus sonhos de futuro; e 2) elas são cuidadas por mulheres adultas, de modo que toda internação de criança repercute, ainda, nas vidas de suas cuidadoras principais.

Nesse mesmo sentido, observamos as mortes por causas evitáveis de bebês de 0 a 4 anos em 2022 (por ser o ano mais recente cujos dados estão disponíveis), já que, apesar de multifatorial, os indicadores de mortes por causas evitáveis estão relacionados à extrema pobreza e à falta de infraestrutura básica de atendimento à saúde e de saneamento. Isso significa, para além da tragédia que é perder bebês para doenças evitáveis, uma marca permanente na vida das mulheres enlutadas por seus filhos. Há mães cujas vidas ficam marcadas para sempre pelo luto por crianças que poderiam ver crescer.

## Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA)

Como manter descontaminada uma água armazenada em baldes expostos? Como manter livre de doenças as pessoas que precisam caminhar por poças de lama — e perdem até os sapatos no caminho, que atolam — cheias de resíduos de esgoto? Como, no mesmo país que concentra a maior quantidade de água potável do mundo, abrir a torneira significa correr risco de adoecer? Em 2024, ainda há canos de distribuição de água — nas comunidades Água Cristal e Tapanã, em Belém, por exemplo — que, fissurados, se misturam ao esgoto dos locais alagados por onde passam — o que significa que a água que chega até as pessoas guarda o cheiro das fezes. Abrir a torneira (quando há) e receber água (quando há) com cheiro de fezes. É a isso que a população mais pobre do país está suscetível.



Imagem 6. Canos de água se cruzam com tubulação de esgoto em Tapanã, Belém. Foto: Raquel Ludermir. Acervo: Habitat Brasil.

Nos 31 territórios visitados nas regiões Norte e Nordeste, ouvimos reclamações de diferentes tipos, mas quase sempre relacionadas às condições de saúde a que as pessoas são submetidas ao consumirem água inadequada ou entrarem frequentemente em contato com o esgoto. *“Todo mundo tem h-pylori<sup>25</sup> aqui, minhas duas filhas estão tratando, eu tenho, é o que você mais ouve falar. É uma dor que dá no estômago que você não consegue viver, é horrível”*, contou Beatriz Nascimento, de Manaus. Lélia González disse que, no bairro onde mora, na capital paraibana, *“se pisar nessa água [empoçada na rua] é certo de dar frieira no pé, é muita bactéria que tem aí, é esgoto puro”*, e Jacqueline de Jesus completou: *“meus meninos todos estão com o corpo pipocado [com pequenas lesões purulentas], e eu tenho certeza que é por causa da água. Não dá pra dar nem banho com uma água dessa, às vezes vem escura, com cor de barro, às vezes vem igual leite, branca, branca”*. As mulheres da comunidade Aratu, em João Pessoa, contaram que a diarreia já virou o normal: *“aqui estranho é quando a gente não tá com diarreia. Eu compro água para os meus filhos pra prevenir, mas eu mesma preciso beber da que tem [na torneira], senão o dinheiro não dá”*.

A falta de saneamento básico impacta diretamente a vida das pessoas há décadas. Um dos efeitos catalogados, moni-

torados e que se tornaram um problema público é a existência das Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA)<sup>26</sup>. Segundo o Ministério da Saúde, há mais de 250 doenças causadas pela ingestão de alimentos ou água contaminada, seja pela falta de tratamento da água, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana ou do consumo de alimentos sem higienização adequada. Para esta pesquisa, utilizaremos um escopo menor, a fim de dar conta de uma amostra que facilite a visualização do problema. Levando em conta os estudos produzidos sobre o tema, que já mapearam as principais doenças, partimos da lista de dez principais doenças causadas pela falta de saneamento<sup>27</sup>, já divulgada por Habitat para a Humanidade Brasil, e a combinamos com as enfermidades utilizadas pelo Instituto Trata Brasil<sup>28</sup> em seu relatório sobre saneamento e doenças de veiculação hídrica<sup>29</sup>, feito com dados de 2019.

Aqui, utilizamos dados disponíveis no DataSUS, classificados pelas seguintes enfermidades: amebíase, diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível, leptospirose icterohemorrágica, outras formas de leptospirose, leptospirose não especificada, febre amarela, dengue (dengue clássica), febre hemorrágica devida ao vírus da dengue, restante de outras febres arbovírus e febres hemorrágicas por vírus, malária por *Plasmodium falciparum*, malária

---

<sup>25</sup> A infecção bacteriana afeta o estômago, causando úlcera, gastrite e câncer, e é transmissível pelo contato com resíduos de fezes ou saliva. O contato direto com o esgoto infectado, portanto, é um fator de alto risco. Além disso, famílias costumam se infectar entre si pelo contato direto por meio de beijos e manuseio de utensílios sem higienização adequada.

<sup>26</sup> MINISTÉRIO DA SAÚDE. Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dtha>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>27</sup> HABITAT BRASIL Org. Doenças causadas pela falta de acesso ao saneamento básico. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/doencas-falta-de-saneamento-basico/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>29</sup> TRATA BRASIL. Saneamento e doenças de veiculação hídrica – ano base 2019. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/saneamento-e-doencas-de-veiculacao-hidrica-ano-base-2019/#:::text=Indicadores%20do%20estudo%20apontam%20que,hospitaliza%C3%A7%C3%B5es%20comparativamente%20ao%20ano%20anterior>. Acesso em: 26 ago. 2024.

por *Plasmodium vivax*, malária por *Plasmodium malariae*, outras formas de malária conferidas por exames parasitológicos, malária não especificada, esquistossomose. Lidamos, portanto, com as ocorrências de cólera, malária, amebíase, diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível, leptospirose, esquistossomose, febre amarela, dengue e febres derivadas de arbovírus. Todas essas doenças já são conhecidas pela relação com a falta de infraestrutura de saneamento básico, como mostra o relatório do Instituto Trata Brasil.

Vale ressaltar, entretanto, que, se levassemos em conta todas as doenças classificadas como DTAH pelo Ministério da Saúde, os números que aqui serão apresentados se multiplicariam. Ou seja, na prática, o problema é ainda maior. Tomamos como referência o período de janeiro a dezembro de 2023, nas capitais brasileiras, considerando as doenças de veiculação hídrica descritas, os dados sobre número de internações por sexo (feminino), a soma total dos dias de internação e o custo total de internação.

Tabela 02: Internações de mulheres por doenças de veiculação hídrica em 2023 nas capitais brasileiras

Capital	Internações	Dias de internação	Valor total
São Paulo	1.197	6.612	R\$838.642,73
Manaus	613	2.182	R\$277.809,62
Belo Horizonte	495	2.360	R\$274.276,19
Salvador	465	2.128	R\$294.138,37
Rio de Janeiro	407	2.003	R\$242.917,49
Fortaleza	380	2.368	R\$186.008,51
Belém	294	1.151	R\$120.231,20
Porto Alegre	269	1.451	R\$149.898,42
Boa Vista	247	1.458	R\$149.392,70
Recife	224	1.170	R\$133.482,20
Florianópolis	196	619	R\$89.387,09
Porto Velho	193	1.077	R\$125.870,74
Curitiba	189	802	R\$135.377,75
Teresina	158	877	R\$76.932,04
Campo Grande	144	738	R\$103.765,88
Goiânia	138	545	R\$79.011,68
João Pessoa	137	746	R\$96.717,21
São Luís	109	716	R\$62.496,03
Macapá	92	596	R\$50.713,59
Vitória	89	389	R\$51.403,53
Aracaju	67	335	R\$26.810,50
Rio Branco	61	346	R\$45.843,63
Cuiabá	58	225	R\$33.903,38
Natal	42	185	R\$44.003,78
Maceió	41	281	R\$42.564,26
Palmas	8	70	R\$4.765,58
<b>Total</b>	<b>7.538</b>	<b>35.024</b>	<b>R\$4.272.425,41</b>

As internações por doenças de veiculação hídrica revelam a fissura causada na saúde das mulheres pela falta de acesso a serviços básicos. **No total, as mulheres das capitais brasileiras passaram 35.024 dias internadas por doenças causadas ou agravadas pela falta de saneamento básico — Se considerássemos como dias corridos, isso representaria 96 anos.** Mas, o que significam esses números? Primei-

ro, é preciso dizer que as mulheres — as mesmas que cuidam dos filhos, maridos, sobrinhos, afilhados, que estão nos postos de trabalho remunerado e não remunerado de cuidado — não foram cuidadas pelo Estado. Não têm sido levadas em consideração quando o assunto é política pública de água e saneamento. Mãe Beata, liderança comunitária de Manaus, contou que

*Somos nós, mulheres, que cuidamos da limpeza, e não temos água de qualidade nem para a gente se alimentar. Nós limpamos a água e ainda assim não estamos livres das bactérias infecciosas. Os esgotos estão todos entupidos, a maioria das moradias alagam, mesmo morando na área urbana. Isso causa uma contaminação para todo mundo caminhar, é uma calamidade aqui, e quem mais sofre somos nós. E ficamos com muita decadência na nossa saúde, ficamos muito comprometidas. (Relato produzido durante reunião preparatória para a Missão pela Água e Saneamento, 11 de abril de 2024)*

A negligência estatal fez que 35.024 dias de centenas de vidas fossem marcadas por sintomas físicos e emocionais derivados da necessidade de internação por doenças amplamente conhecidas por serem evitáveis.

E isso tem reflexos alarmantes também nas condições de geração de renda e sobrevivência dessas mulheres. As regiões Norte e Nordeste são as que apresentam maior proporção de trabalhadores na informalidade, com 60,1% e 56,9%<sup>30</sup> do total de ocupados nesta condição, respectivamente, segundo o IBGE. As mulheres são a maioria entre os que trabalham por conta própria, principalmente as mulheres negras.

Com isso, estar internada significa, ainda, empobrecer. Há vários fatores em jogo: desde o trabalho remunerado que não pode ser realizado até o trabalho de cuidado que vai precisar ser ocupado por outra pessoa e que tem um custo. O adoecimento das mulheres, portanto, impacta diretamente os seus corpos e indiretamente suas vidas financeiras e a rotina dos seus dependentes.

*Para estimar o prejuízo financeiro, é possível fazer um cálculo que considere o salário mínimo vigente em 2023: em **35.024 dias de internação, elas podem ter deixado de ganhar até***  
**R\$ 1.541.056,00**<sup>31</sup>

<sup>30</sup> SERRANO, Layane. IBGE: informalidade cresce e atinge mesmo patamar que trabalho formal no país. Exame, 6 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://exame.com/carreira/ibge-nivel-de-ocupacao-em-2022-chega-ao-maior-nivel-desde-o-periodo-pre-pandemia/>

<sup>31</sup> Considerando que o salário mínimo é um referencial possível. E, ainda, que o valor do salário mínimo nacional mudou em maio, de R\$ 1.302 para R\$ 1.320, tomamos como base o último e o cálculo de R\$ 44 reais por dia, disponível na Medida Provisória 1172/23 - <https://www.camara.leg.br/noticias/957339-medida-provisoria-aumenta-salario-minimo-para-r-1-320-a-partir-de-maio/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Além disso, o custo total para o Estado dessas internações foi de R\$ 4.272.425,41 em um ano. Novamente, valor que poderia ter sido investido em melhoria das condições de moradia e de acesso a água e saneamento dessas mulheres. A título de exemplo, o Comitê Sanitário de Defesa Popular de Campina Grande (CSDP), que é um grupo de extensão da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), construiu, de forma autônoma, uma rede de esgoto para 150 casas na Ocupação Luiz Gomes, utilizando R\$ 30 mil. Imaginem o que poderia ser construído com investimentos públicos sistemáticos em larga escala.

As políticas públicas de habitação e de

acesso a água, saneamento e higiene são soluções conhecidas para a prevenção da ocorrência dessas doenças, e os territórios populares têm mostrado exemplos de boas práticas na destinação de recursos, como pudemos observar de perto durante a execução do projeto de fortalecimento das articulações comunitárias pelo direito a água, saneamento e higiene. Se o Estado se implicasse na destinação eficiente de recursos e aprendesse com as boas práticas comunitárias, o mesmo valor gasto em decorrência da falta da política pública poderia financiar 142 projetos deste tipo e beneficiar 21.300 moradias com instalações hidráulicas e esgotamento feitas pelo Comitê Sanitário de Defesa Popular.

---

**Além dos efeitos deletérios da falta de saneamento básico no organismo, nas rotinas e no orçamento das mulheres, diversos relatos nos motivaram a compreender a insegurança alimentar como mais um efeito deste tipo de violação. Algumas mulheres contaram: “eu já fiquei sem água para cozinhar”; “tem que lavar os legumes com essa água fedida mesmo”; “já me deu até nojo cozinhar com essa água, mas não tem outra”; “já vi muito minha mãe querer cozinhar e não ter água”. A contaminação via Doenças de Transmissão Hídrica precisa ser compreendida, além da perspectiva sanitária, como um dado que informa que essas famílias estão sendo submetidas à insegurança alimentar, já que a qualidade do alimento ingerido é um dos fatores para garantia da segurança. Se ingerir água é um problema para a saúde ou, ainda, se não há água para consumo e preparo de alimentos, isso é um risco para a nutrição. Dados do 2º Inquérito Vigisan, aplicativo destinado à vigilância da segurança alimentar e nutricional, apontam que há uma relação íntima entre escassez hídrica e insegurança alimentar. Na região Nordeste, a fome está presente em 41,2% dos lares onde há restrição de acesso à água.**

# Dignidade menstrual só é possível com acesso a água potável e moradia digna

Ouvimos diversos relatos sobre a péssima qualidade da água nas torneiras das casas nos territórios populares que visitamos nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. *“Uma água leitosa dessa, que você não consegue ficar perto porque fede, não dá nem pra tomar banho. O povo fica com coceira de pele, imagina pra nós, que temos que lavar nossas partes [íntimas]?”*, relatou uma residente de Santa Rita, na Paraíba, Ruth de Souza. Ela é uma mulher de muitas conquistas: criou três filhas vendendo salgados que elas mesmas faziam, sobreviveu à violência doméstica e se mudou para salvar a vida dela e das crianças. Mas uma conquista ainda parece distante: abrir a torneira e tomar água potável. Em uma casa só com mulheres, ela e as filhas precisam trabalhar ainda mais para pagar o aluguel e comprar água mineral, já que não há possibilidades, segundo contou, sequer de lavar as roupas com a água fornecida pela Águas do Nordeste. Muito menos as vaginas, chamadas de “partes íntimas”, e enfatizadas no relato, por que estão ainda mais suscetíveis aos efeitos da contaminação da água por se tratarem de regiões de mucosa, internas, que colocam microrganismos em contato direto com os corpos das mulheres. Suas filhas, de 14 e 16 anos, já complementam a renda da casa como manicure e designer de sobancelhas, respectivamente. *“Mas desde que uma tinha 6 e outra 8, elas já me ajudavam enrolando salgado. Vou fazer o quê? Tem que ser todo mundo porque*

*sozinha não ia dar. É aluguel, conta, comida e ainda tem que comprar água para tudo aqui”*, contou Ruth.

As mulheres, hoje, são as responsáveis por 62% dos domicílios que sofrem pelo ônus excessivo do aluguel<sup>32</sup> — o que significa que o custo mensal da locação supera 30% de suas rendas. No caso da moradora de Santa Rita e de tantas outras mulheres que vivem sem acesso a água e saneamento, soma-se a necessidade de comprar galões até para tomar banho, bem como investir mensalmente em absorventes menstruais. Para falarmos de saúde e dignidade menstrual, é preciso atenção à forma como as mulheres são especificamente submetidas à pauperização: pela violência doméstica, que lhes faz migrar em busca da sobrevivência; pelo aluguel, várias vezes decorrente da separação dos agressores; pelo cuidado com os filhos e pela falta de oportunidades no mercado de trabalho. Ruth de Souza conta que gasta, *“mais ou menos, R\$ 30 por semana com água”*. Em uma casa com três mulheres, o custo mensal com absorventes pode ser estimado em torno de R\$ 40, o que significa dizer que, com água e absorventes, ela tem desembolsado pelo menos R\$ 160 por mês, que poderiam ser destinados a outros fins. Propomos que olhem para os dados sobre as internações de meninas por doenças pélvicas e uterinas pensando no caso da moradora da Paraíba, como se fos-

<sup>32</sup> DRUMMOND, Débora. Ônus excessivo com aluguel é componente destaque do Déficit Habitacional no Brasil. FJP, 5 de março de 2021, disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/onus-excessivo-com-aluguel-e-componente-destaque-do-deficit-habitacional-no-brasil/#:~:text=Com%20o%20crescimento%20da%20representa%C3%A7%C3%A3o,coabita%C3%A7%C3%A3o%2C%20elas%20eram%2056%25>. Acesso em: 26 ago. 2024.

sem suas filhas.

A jornada a que as mulheres são submetidas pela desigualdade de gênero e raça começa cedo e, desde a idade menstrual, é possível ver como direitos básicos não são garantidos. Aos 10, a menarca, que deveria ser um processo natural de maturação do corpo feminino, se torna um problema na vida de milhares de crianças pelo país. Os anos passam e elas não veem solução. O relato de Benedita, moradora de João Pessoa, expõe a importância do debate: *“Meu sonho era que na minha casa tivesse um banheiro com chuveiro. Ontem fez 38 dias sem água na torneira<sup>33</sup>”*. Levando em consideração que o ciclo menstrual equilibrado tem duração de 28 dias, há mulheres e meninas que passam mais de um ciclo inteiro sem acesso à água ou, ainda, com acesso a águas contaminadas, como conta Aqualtune, *“com laminha que ninguém sabe se é barro ou lodo e agora ainda tá bom que tá vindo sem inseto”*.

A pobreza menstrual é a falta de acesso a itens básicos de higiene, como absorventes, água limpa e um espaço adequado para higienização íntima, como os banheiros. Neste cenário, a menstruação torna-se num período de vulnerabilidade social e emocional, quando deveria ser um processo/evento fisiológico simples. De acordo com os dados da Unicef, 62% das

meninas já deixaram de ir à escola<sup>34</sup> por estarem menstruadas e 73% delas já se sentiram constrangidas no período. A pobreza menstrual contribui para a evasão escolar de meninas, para a baixa autoestima e afasta as mulheres da educação sexual, menstrual e dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Saneamento básico, além do acesso aos absorventes menstruais, é um dos elementos fundamentais para a promoção da dignidade menstrual<sup>35</sup>.

As meninas e mulheres alijadas do contato com água limpa, da possibilidade de higienização dos seus corpos e espaços e que estão frequentemente em contato com dejetos e esgotos a céu aberto, menstruam mensalmente, como todas as outras brasileiras em idade reprodutiva que têm útero. Ocorre que elas ficam altamente suscetíveis a enfermidades, contaminação por bactérias e fungos e aos efeitos sociais da pobreza menstrual, como a evasão escolar e o constrangimento. O período menstrual, que deveria ser natural, passa a ser um empecilho para as meninas que têm ficado de fora das políticas de água, saneamento e higiene. Vejamos quantos dias as meninas em idade menstrual (de 10 a 19 anos) das cidades que investigamos ficaram internadas por doenças inflamatórias pélvicas (DIP) e doenças inflamatórias do colo do útero<sup>36</sup> de janeiro a dezembro de 2023 e qual foi o custo dessas internações para o Estado:

---

<sup>33</sup> Relato coletado durante reunião de preparação para Missão em 9 de abril de 2024.

<sup>34</sup> UNICEF. UNICEF leva absorventes e informação a mais de 55 mil adolescentes e jovens que menstruam no Norte e Nordeste. 26 de maio de 2022, disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-leva-absorventes-e-informacao-mais-de-55-mil-adolescentes-e-jovens-que-menstruam#:~:text=Em%20enquete%20realizada%20pelo%20UNICEF,73%25%20sentiram%20constrangimento%20nesses%20ambientes>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>35</sup> UNICEF. Pobreza menstrual no Brasil. Desigualdades e violação de direitos. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual\\_relatorio-unicef-unfpa\\_maio2021.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf). Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>36</sup> Levantamento semelhante foi feito pelo Diário do Nordeste em 2021. Uma das razões que relaciona a pobreza menstrual às doenças inflamatórias pélvicas é o uso de materiais improvisados para conter o sangramento menstrual, deixando as meninas e mulheres suscetíveis a inflamações e infecções. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/no-ceara-170-meninas-sao-internadas-todo-ano-em-media-por-doencas-ligadas-a-pobreza-menstrual-1.3145698>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Tabela 03: Internações por DIP e Doenças Inflamatórias do Colo do Útero em meninas de 10 a 19 anos nas capitais em 2023

Capital	Número de internações	Dias de permanência	Valor total das internações
Aracaju	4	18	R\$1810,17
Belém	7	37	R\$10113,42
Belo Horizonte	21	75	R\$17814,96
Boa Vista	12	70	R\$3978,18
Campo Grande	4	12	R\$856,59
Cuiabá	6	4	R\$1473,88
Curitiba	5	10	R\$1803,85
Florianópolis	7	20	R\$2664,52
Fortaleza	61	235	R\$15271,06
Goiânia	7	34	R\$1884,76
João Pessoa	21	76	R\$6099,46
Macapá	24	82	R\$4587,16
Maceió	6	20	R\$2705,8
Manaus	75	147	R\$19869,05
Natal	1	12	R\$4311,65
Palmas	2	2	R\$752,44
Porto Alegre	21	96	R\$8015,45
Porto Velho	4	8	R\$813,24
Recife	10	52	R\$6092,91
Rio Branco	21	14	R\$4590,47
Rio de Janeiro	26	116	R\$12054,52
Salvador	23	79	R\$9799,89
São Luís	7	30	R\$1591,65
São Paulo	71	294	R\$42317,82
Teresina	7	39	R\$3400,58
Vitória	5	16	R\$1789,14
<b>Total</b>	<b>458</b>	<b>1.598</b>	<b>R\$186.462,6</b>

Fonte: DataSUS. Elaboração: Habitat para a Humanidade.

Dentre as classificações disponíveis no DataSUS, as DIP e as outras doenças inflamatórias pélvicas dos órgãos femininos pareceram as mais apropriadas para monitorar as ocorrências de casos agravados (dada a internação) de doenças causadas por bactérias e fungos que estão diretamente relacionados à falta de acesso a higiene, saneamento e água. Optamos por analisar as variáveis doenças inflamatórias pélvicas de órgãos femininos e doenças inflamatórias do colo do útero, pois: 1) não há variáveis desagregadas para vaginose bacterianas e doenças causadas por fungos; e também porque 2) é nessas variáveis amplas que estão enquadradas as infecções endógenas, as vaginose bacterianas, a tricomoníase e a candidíase, principais enfermidades associadas à pobreza menstrual (Ferreira et al., 2023; De Sena et al., 2023). Apesar de as infecções sexualmente transmissíveis estarem englobadas sob a mesma classificação, entre as doenças inflamatórias pélvicas também estão as vaginose causadas por vetores endógenos (Halbe; Cunha, 2010). No mesmo sentido, as doenças inflamatórias do colo do útero são multifatoriais, mas podem ser indicadores indiretos de saúde da mulher e reúnem enfermidades evitáveis pelo acompanhamento desse público-alvo nas unidades básicas de saúde. Ou seja, a ocorrência de internações por inflamações do colo do útero está associada à baixa atenção à saúde sexual e reprodutiva (Pitilin et al., 2019).

No total, as meninas ficaram 1.598 dias internadas por essas doenças que, entre outros fatores, podem ter sido causadas ou agravadas pela falta de saneamento básico. Isso equivale, em dias corridos, a mais

de quatro anos investidos em tratamento de doenças. **Nas capitais que ficam no norte e no nordeste, o problema é ainda maior: elas somaram 919 dias de internação apenas no ano de 2023, representando 60% do total de internações nas capitais. No total, as meninas nortistas e nordestinas perderam o equivalente a dois anos e meio internadas em dias corridos.** Na prática, isso significa afastamento das aulas, das atividades sociais e, ainda, a manutenção do estigma sobre os órgãos sexuais, o corpo feminino e o aumento da vulnerabilidade física e mental. A pobreza menstrual afasta as meninas da educação sexual e menstrual, à medida que torna degradante um fenômeno natural dos seus corpos, ligado aos órgãos reprodutivos.

**em 2023, meninas de 10 a 19 anos**

**ficaram 1.598 dias**

*internadas por doenças inflamatórias pélvicas e doenças inflamatórias do colo do útero,*

*isso equivale, aproximadamente **4 anos** em dias corridos*

**norte e nordeste**

**somaram 919 dias**

*de internações, representando **60%** do total de internações*

O custo das internações aos cofres públicos ultrapassa R\$ 186 mil por ano, só nas capitais. Esses recursos poderiam ser investidos em políticas que garantissem melhorias habitacionais na vida das famílias. Além disso, é preciso mencionar que a internação de meninas com menos de 18 anos significa também a internação das mães ou avós<sup>37</sup>, que, quase sempre, são as cuidadoras principais. Isso porque essas meninas

<sup>37</sup> Rede Transnacional de pesquisas sobre Maternidades (REMA). Esteio da família: a centralidade do papel das avós no cuidado e a invisibilidade de suas sobrecargas. Brasil de Fato, 8 de julho de 2024, disponível em: <https://www.brasildefatoj.com.br/2024/07/08/esteio-da-familia-a-centralidade-do-papel-das-avos-no-cuidado-e-a-invisibilidade-de-suas-sobrecargas>. Acesso em: 26 ago. 2024.

não podem permanecer desacompanhadas e é direito da criança estar com um responsável. O impacto da pobreza menstrual, nesse sentido, não afeta apenas os corpos das meninas, mas das suas mães e, de forma indireta, das suas avós que possivelmente nem menstruam mais.

Ademais, o que este estudo vem demonstrando é que olhar para os impactos da falta de saneamento básico com recorte de gênero intersecciona diversos fatores, sobretudo renda, saúde física e mental, moradia e trabalho de cuidado. Como falar em dignidade menstrual sem acesso a banheiros próprios ou sem água canalizada?

Aprimorar as condições de moradia deve ser uma prioridade no combate à po-

breza menstrual. Para desenvolverem boa relação com a saúde íntima e sexual, é preciso que as mulheres tenham direito à privacidade, com banheiros próprios e equipados com vaso sanitário, pia e chuveiro. O país deu um passo importante ao instituir o Programa Nacional de Dignidade Menstrual, que distribui absorventes gratuitamente nas farmácias populares para mulheres e meninas de baixa renda. Entretanto, precisamos avançar — e muito — para garantir que a vida cotidiana das mulheres seja digna e que a dignidade menstrual, portanto, seja uma consequência.

## O luto das mães que perderam seus filhos para doenças evitáveis

Nesta seção, nossa proposta é apresentar os dados sobre óbitos por causas evitáveis, enfatizando que, apesar da pouca visibilidade dada ao problema pelos veículos de comunicação, ele indica o tamanho da tragédia que assola as famílias mais pobres do país. Como nosso objetivo é analisar do ponto de vista das mulheres, queremos propor uma leitura que considere o luto enfrentado pelas mães das crianças de 0 a 4 anos que poderiam estar vivas, mas que, por causas associadas, entre outros, à falta de saneamento básico, morreram precocemente. Essas mulheres, que precisam acordar todos os dias e ainda conviver com o esgoto e a escassez hídrica, carregam consigo as

dores de uma maternidade que não pôde se concretizar. Nosso objetivo é dar visibilidade às condições a que as mães estão submetidas em seu desfecho mais radical, que é a perda de um filho.

Para isso, faremos o seguinte percurso: conheceremos um pouco sobre como são as gestações sob violação do direito a água e saneamento, para então refletir sobre o parto e a estatística de mortes evitáveis em crianças. Esse percurso se explica pela necessidade de apresentar o que está por trás das mortes — as violações que atravessam a vida dessas mulheres antes, durante e depois da gestação e do parto e permanece,

depois, aprofundada pelo luto nos casos de óbito de seus filhos.

As causas evitáveis são, por definição: “aquelas que podem ser prevenidas, total ou parcialmente, por ações de serviços de saúde acessíveis e efetivos” (Saltarelli et al., 2019). Entre as causas evitáveis, estão as doenças de veiculação hídrica (Ibidem) ou que, por vezes, sequer conseguiram investigar, dada a falta de mobilidade para os hospitais das regiões onde moram.

Ainda na gestação, as mulheres imaginam seus filhos, criam-nos por meio de suas expectativas, lhes alimentam de sonhos, planos e desejos, ou seja, dão contornos subjetivos à criança que está por vir, dão a ela a vida antes do parto. Falar das lágrimas que encontramos e dar materialidade às histórias de dor que ouvimos é parte da tarefa

de dar carne e osso aos números que, por vezes, sequer são mencionados nos veículos de comunicação. É especialmente relevante fazer isso considerando o olhar das mães enlutadas pela violação de direito ao saneamento básico, porque, como menciona Iaconelli, “mães e pais dessa população dizimada [negra e periférica] não têm direito ao luto dos seus filhos, uma vez que ou as vítimas são consideradas culpadas de algo ou se trata de um evento de menor importância, haja vista a repercussão dos casos na mídia” (Iaconelli, 2023, p. 55).

Para garantir humanidade à leitura sobre a morte deve-se considerar sua marca nas vidas que ficam. Começaremos pelo relato desde uma gestação sob contexto de violação de direito ao saneamento na capital paraibana:

*Eu levo 15 minutos andando para o posto de saúde onde faço o pré-natal. Mas, se chove, eu preciso mudar a rota, porque não tem como passar aqui na rua. Aí, acabo tendo que andar mais de meia hora. E o sol aqui é quente, né? Não é fácil. Eu vivo com medo do meu bebê querer nascer em dia de chuva, porque vai ser difícil, viu? Não passa nada aqui. Ele vai acabar nascendo dentro de casa, não tem como passar mesmo, fica só lama e muita água. (Talíria, 34, grávida de 6 meses)*

A dor do parto, que comumente é relatada como o principal medo durante a gestação, se torna secundária para dar lugar ao medo de parir em dia de chuva porque não há como se locomover pelas poças de água e lama da rua. Como pensar em óbitos evitáveis de bebês sem mencionar a impossibilidade de uma grávida chegar até o hospital no dia do parto? Ou durante o agravamento de uma doença? Como pensar em saúde fetal e materna se nas periferias não há água disponível e as gestantes precisam de, pelo

menos, 7,5 litros de água disponíveis diariamente (Pnud, 2006)? Como não mencionar o abandono social que vivem essas mulheres antes, durante e depois da gestação? Elas enfrentam o calor escaldante, a falta de água potável e têm a mobilidade prejudicada pela falta de drenagem pluvial e esgotamento sanitário, que faz misturar os dejetos com as águas das chuvas e inundam as ruas das favelas. Lidam, ainda, com o esforço físico de carregar água, como Neusa Santos, de 24 anos, que contou que:

*Passei dois anos morando num barraco. Quando chovia, alagava o chão todo. Passei os nove meses de gravidez lá. As paredes eram de madeira. Eu tinha muitas crises de ansiedade durante a gravidez. Eu tinha que descer uma ladeira pra ir buscar água, eu com aquele bucho enorme. No barraco, chovia dentro do quarto, então cansei de dormir no molhado, qualquer coisa mofava logo. (Neusa Santos, 24, mãe de 4 filhos)*

A ansiedade, como já mencionamos, tem sido muito recorrente nas mulheres brasileiras (Think Olga, 2023), e aqui está outra faceta de como essa doença se manifesta: durante a gravidez precarizada. Isso porque há um sofrimento psíquico envolvido na pauperização e na falta de acesso a direitos básicos — não é possível pensar em saúde mental sem infraestrutura básica e condições adequadas de moradia, sem acesso a uma vida digna, tendo que carregar, além de outro ser humano no ventre, baldes cheios ladeira acima para conseguir realizar o trabalho doméstico.

Trata-se de um ciclo adoecedor: as mulheres trabalham em busca do básico para trabalharem ainda mais em casa. Tudo isso sem qualquer auxílio dos poderes públicos, sem qualquer mecanismo disponível que possibilite o cuidado de si durante a gravidez. Com o consumo de águas contaminadas e o convívio com mofo e péssimas condições habitacionais. Então, é sob o contexto de grave precarização da vida que estão os números de óbitos por causas evitáveis que analisamos aqui.

Centramo-nos nos dados sobre crianças de 0 a 4 anos, fornecidos pelo DataSUS, cuja tabulação mais recente se refere ao ano de 2022. Dentre as causas

evitáveis, consideramos aquelas “reduzíveis por ações de promoção à saúde vinculadas a ações de atenção”, entre as quais estão: doenças infecciosas intestinais (A00-A09), algumas doenças bacterianas zoonóticas (A20-A28), febres por arbovírus e febres hemorrágicas virais (A90-A99), doenças devidas a protozoários (B50-B64), helmintíases (B65-B83), doenças infecciosas, outras e as não especificadas (B99), anemias nutricionais (D50-D53), desnutrição e outras deficiências nutricionais (E40-E64) (DataSUS, 2022). Ou seja, doenças que estão diretamente relacionadas com as condições de acesso a água e saneamento dos domicílios em que viviam essas crianças.

Tabela 04: Óbitos de crianças de 0 a 4 anos por causas evitáveis reduzíveis por ações de promoção à saúde vinculadas a ações de atenção nas capitais brasileiras em 2022<sup>38</sup>

Capital	Número de óbitos
Aracaju	10
Belém	10
Belo Horizonte	7
Boa Vista	18
Campo Grande	19
Cuiabá	16
Curitiba	14
Florianópolis	7
Fortaleza	34
Goiânia	19
João Pessoa	15
Macapá	17
Maceió	12
Manaus	46
Natal	9
Palmas	2
Porto Alegre	14
Porto Velho	8
Recife	30
Rio Branco	6
Rio de Janeiro	84
Salvador	19
São Luís	19
São Paulo	116
Teresina	10
Vitória	6
<b>Total</b>	<b>589</b>

Fonte: DataSUS. Elaboração Habitat para a Humanidade Brasil.

<sup>38</sup> Dados disponíveis em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/evita10br.def>. Acesso em: 19 ago. 2024.

Um alarmante total de 589 crianças de 0 a 4 anos vieram a óbito por causas evitáveis nas capitais brasileiras, tais como doenças de veiculação hídrica e verminoses, somente em 2022. São Paulo e Rio de Janeiro, capitais com grandes bolsões de pobreza, lideraram a lista, seguidos por Fortaleza e Manaus. Apesar de bem colocado nos indicadores de saneamento e de ocupar a sétima posição no Ranking do Saneamento 2024<sup>39</sup>, São Paulo tem como uma das características principais a desigualdade social. Segundo estudo da Rede Nossa São Paulo, a expectativa de vida no Jardim Paulista, bairro nobre da capital, é de 80 anos, enquanto no Grajaú, periferia da capital, 60. A falta de saneamento<sup>40</sup> é apontada como uma realidade das periferias paulistas que impacta diretamente a saúde, o que parece ser um dos fatores do problema — ou seja, ainda que em uma visão geral a cidade esteja bem colocada, é possível que as periferias revelem seus abismos por meio da baixa expectativa de vida e do alto número de mortes por causas evitáveis.

No Rio de Janeiro, a gestão urbana também é desigual e destina recursos públicos às áreas abastadas em detrimento das regiões mais pobres. Nas favelas, o percentual

de saneamento chega a apenas 48%<sup>41</sup> dos domicílios, e a cidade é muito mal avaliada no Ranking do Saneamento 2024, ocupando a 43ª posição, entre 100. Fortaleza ocupa a 68ª posição e Manaus, a 86ª, ou seja, estamos falando de mortes tanto em cidades altamente desiguais, cujos bolsões de pobreza são negligenciados pelo poder público, como São Paulo, como com péssimos indicadores de saneamento básico, como Rio, Fortaleza e Manaus.

Nas visitas a territórios populares do Norte e do Nordeste, conhecemos algumas mães enlutadas e, por cima dos ombros de uma entrevistada, a história de sua própria mãe, que perdeu dois filhos há algumas décadas. Os relatos têm em comum, primeiro, a memória vívida do sofrimento da perda e, depois, a tenra idade que os bebês se foram. O primeiro contato com esse tema, que evidenciou a necessidade de abordagem por esse estudo, foi por meio de Chimamanda, de 19 anos. Ela leva cinco horas para encher os baldes que abastecem sua casa por, mais ou menos, três dias. Então, por semana, Erika destina 10 horas à busca de água em uma torneira comunitária. Como ela estava grávida, tratamos do assunto, em um diálogo que foi interrompido pela dor:

*– Eu estou grávida de cinco meses do meu quarto filho, tenho mais três.*

*– E qual a idade deles, Erika?*

*– Todos morreram. Vi nascer, não vi crescer muito, mas são meus filhos. Dá medo demais de perder, mas eu tenho fé que esse eu crio.*  
(Diálogo entre Chimamanda, 19, João Pessoa, e pesquisadora)

---

<sup>39</sup> TRATA BRASIL. Coleta de esgoto sobe apenas 0,2 ponto percentual no país. Veja os melhores e os piores municípios destacados pelo Ranking do Saneamento 2024. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Release-Ranking-do-Saneamento-de-2024-TRATA-BRASIL-GO-ASSOCIADOS-V2.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>40</sup> FANTÁSTICO. Desigualdade social é uma das marcas de São Paulo, aponta estudo. G1, 29 de janeiro de 2023, disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/01/29/desigualdade-social-e-uma-das-marcas-de-sao-paulo-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>41</sup> ABDALA, Vítor. Pesquisa revela desigualdades nas favelas brasileiras. Agência Brasil, 11 de novembro de 2023, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-11/pesquisa-revela-desigualdades-dentro-de-favelas-brasileiras>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Chimamanda é uma mulher jovem, negra, que vive na periferia da capital parai-bana, sem acesso a água, saneamento ou infraestrutura de moradia. Nosso intuito não é consultar laudos ou especialistas para investigar as causas das mortes, mas tornar visível como uma morte de criança vai caminhando junto com a vida da mãe e da família: quando ela diz que os bebês nasceram, “não

cresceram muito”, mas “são meus filhos”, isso nos indica que eles permanecem presentes na sua trajetória por meio da marca da perda que se traduz em medo que ela se repita.

Como Chimamanda, a mãe de Ângela perdeu dois filhos. Segundo conta, dos oito irmãos, só seis chegaram à vida adulta:

*Um morreu na hora do parto, meu segundo irmão. Naquela época, não tinha pré-natal, não tinha vacina. Todos nós fomos partejados com parteira. A parteira que fez os partos da minha mãe se chamava dona Jerônima, era uma mulher indígena. Nascendo e morrendo, já foi enterrado no outro dia, só teve o tempo do velório e depois foi enterrado. O outro morreu com mais ou menos 9 meses, já andava, falava “papai”, comia comida sólida... Ele morreu de doença de criança, que a gente dizia naquela época. Que a criança se contorce de dor e não há nada que passe. (Ângela, 63, Manaus)*

Para além da memória dos irmãos falecidos, podemos interpretar que a noção de “doença de criança” parece estar carregada de sentido sobre algo recorrente. Ela perdeu seus irmãos há pelo menos 50 anos, mas, ainda hoje, mesmo com o avanço no campo da ciência e da saúde, o Brasil convive com mortes causadas pela “doença de criança”, quase 600 vezes por ano. Olhar para as crianças do ponto de vista das mulheres é perceber as ramificações e a profundidade

do problema da falta de saneamento básico. Ao não garantir direitos básicos, o Estado submete crianças ao risco de morte e suas mães e famílias à dor da perda. Essa é uma violência transgeracional, que se arrasta por anos a fio nas memórias de mulheres que vivem lutos de mortes que deveriam ter sido evitadas.



# Exaustas

Se estamos refletindo sobre como as mulheres são afetadas pela falta de água e saneamento e precisam lutar pelo básico, estamos falando de mais uma função desempenhada por elas — a busca por água para a lida cotidiana com os afazeres domésticos, o abaixa-e-levanta dos banhos de cuia, os trajetos enormes e enlameados e a disputa política por direitos fundamentais —, que já têm parte da vida intensamente dedicada ao trabalho. A violação

dos direitos a água e saneamento interfere diretamente na produção de exaustão por criar ainda mais demandas para a vida cotidiana das mulheres.

Dona Ciata, hoje com 67 anos, mobilizadora da comunidade onde mora, começou a trabalhar aos seis buscando água para abastecer sua casa, cuidando da irmã menor e cozinhando para os lavradores do sítio onde morava:

*Com seis anos, eu já buscava água, não com a vasilha grande, mas com a pequena, que era a que eu aguentava [...] Minha irmã menor não trabalhava, mas ela ficava à minha volta, eu falava com ela, brincava com ela. Papai já deixava o sal marcado que era pra botar, eu ia lá, cozinhava a comida, papai era muito amigo, ensinava tudo. Quando o pessoal chegava, já tinha macaxeira com leite. Quando as pessoas chegavam às sete da manhã, já estava tudo na mesa. Quem nos acompanhava (eu e minha irmã), era uma cachorra com nome Samba. A gente costumava chamar as casas de terreiro e ela circulava nosso terreiro e tomava conta de nós. (Dona Ciata, 67, Manaus)*

Ela nos recebeu em Manaus durante a Missão pelo Direito a Água e Saneamento e reuniu cerca de 30 comunitários para uma tarde de escuta. Seus dias são dedicados a buscar melhorias para a comunidade — desde a distribuição de cestas básicas para as famílias mais necessitadas, até a participação em audiências públicas. Depois de passar pelo menos 20 anos de sua vida carregando água, atualmente mora em cima de um bueiro na periferia de Manaus e convive diuturnamente com o cheiro do esgoto, as pragas e a iminência de doenças infecciosas. Como ela, Dona Maya, que vive sem banheiro em sua casa, trabalha desde a infância e criou cinco filhos sozinha. Dona hooks, até hoje, com mais de 50 anos, precisa encher baldes na bica comunitária da rua e realizar todos os seus afazeres com cuias, sofrendo diariamente com dores nas costas. Ou Chimamanda que, como vimos, aos 19, perdeu três filhos e, grávida do quarto, dedica 15 horas semanais a encher baldes de água.

Também podemos falar de Nzinga, em João Pessoa, 36, mãe de três filhos, que vive a maternidade atípica sozinha, já que o pai das crianças abandonou a família quando o caçula, que tem apenas três anos, foi diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista. Ela se divide entre as terapias para o desenvolvimento deste filho, o cuidado com os outros dois, que vão à escola diariamente acompanhados por ela, a casa da mãe, onde encontra água na bica, e a sua casa, que está em obras, mas não tem encanamento. Não foi surpreendente quando ela contou que precisou interromper os estudos na faculdade de pedagogia para se dedicar à gestão do cotidiano.

Podemos falar, ainda, de Assata, de Recife, 25, que é costureira. Ela trabalha durante o dia, porque à noite a iluminação é ruim, mas não tem como descansar à noite, porque é durante a madrugada que a água chega com força na bica comunitária.

*Eu carrego dessa torneira até aqui em casa, a torneira fica num buraco no chão, tem que abaixar pra ligar e pra encher os baldes. Tem uma mangueira de mais ou menos 60cm que liga até uma bacia que fica no chão, aí tem que colocar nessa bacia porque se colocar balde a água não sobe. Isso porque eu moro em frente ao cano mestre, viu! Acho que é de 500 litros a minha caixa. Eu tenho que encher de dois em dois dias. Essa caixa de 500 eu deixo como reservatório. Aí, tem um balde que a gente deixa só pra comida e, do mesmo tamanho, tem um no banheiro. Então, tenho que encher a caixa, o balde de cozinhar e o do banheiro. Aí, quando acaba a água do banheiro e da cozinha, enche com a que tem na caixa. Quando tá muito brabo, com os perengues em casa, quando eu tô mais atormentada, eu vou é na força do ódio, aí eu passo a madrugada toda enchendo, porque a água é fraquinha, então tem que esperar encher. De madrugada, a água é um pouco mais forte. Quando é umas 22h, 00h a água fica mais forte aí vai até umas três da manhã assim, é quando dá. (Assata, 25, Recife)*

Hooks, de 65 anos, velha amiga e vizinha de Dona Maya, cuida da casa, de um filho neurodivergente de 49 anos e de um neto com Síndrome de Down que, aos 19 anos, não conseguiu vaga em qualquer escola pública da região. Ela contou que eles “não fazem nenhuma atividade fora de casa, tudo o que eles fazem, qualquer pas-

seio, sou eu que tenho que levar, nem escola consegui pro meu neto, nunca tem vaga pra ele”.

Dona Rosa, de 58 anos, cuida da casa e faz faxinas em um consultório psicológico em troca de atendimentos e medicamentos para ela. De tanta exaustão, ela disse que adoeceu e já tentou suicídio oito vezes:

*Eu me envolvo tanto com os problemas das coisas que faltam, é água que não tem, quando tem, é horrível, vejo o povo adoecer, adoeço também... Eu sofro de ver. Às vezes, parece que não tem mais jeito, eu já tentei tirar minha vida oito vezes, foi Deus que não deixou. A vida vai ficando muito feia. Ah! E não tem uma atividade cultural aqui, um lazer, nada! É uma vida dolorida, você não consegue nem distrair. É só luta, só luta. A gente se ajuda, é uns pelos outros, se não fosse isso... Nem sei. Mas, dá trabalho, eu me envolvo muito com as coisas, me estresso, me desgasto com isso tudo, e a gente ainda fica em risco de morrer, né? Você viu Marielle? (Dona Rosa, 58, João Pessoa)*

As mulheres estão exaustas, este é um diagnóstico que já existe. São as mulheres que, quando estão empregadas formalmente, ocupam as maiores estatísticas de incidência de burnout<sup>42</sup>, doença associada ao esgotamento e ao estresse. Fora ou dentro de casa, estamos exaustas porque as listas de tarefas se renovam diariamente. Todos os dias é preciso lavar, cozinhar, limpar, arrumar, gerenciar (com carga mental) o funcionamento das coisas e das rotinas dos dependentes. Ser mulher significa, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), uma dedicação de 11 horas a mais por semana para realização de trabalhos domésticos e de cuidado. O estudo Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico no Brasil (Ipea, 2023) demonstrou que a presença de filhos acen-

tua ainda mais a carga de trabalho não remunerado das mulheres — o impacto dos filhos na vida das mães é o dobro do que representa na vida dos pais. À medida que as crianças crescem, esse impacto é reduzido, sobretudo porque as filhas adolescentes passam a fazer parte da dinâmica e dedicam muito mais tempo às tarefas do lar do que os meninos da mesma idade. O ciclo, portanto, se perpetua e atravessa gerações.

Mulheres pobres dedicam ainda mais tempo a essas funções, porque sequer possuem recursos, como eletrodomésticos, ou pessoas que as auxiliem por meio de trabalho remunerado. A pesquisa do Ipea nos ajuda a observar como os padrões de gênero conformam as relações domés-

---

<sup>42</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. Mulheres são maioria nos atendimentos de burnout no SUS. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrio/2024/07/mulheres-sao-maioria-nos-atendimentos-de-burnout-no-sus.shtml>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ticas, a distribuição do tempo e do trabalho não pago, conformando as mulheres de todos os extratos sociais em responsáveis pelos cuidados da casa e dos outros, dadas as devidas proporções. Entretanto, o que gostaríamos de colocar em diálogo com esses dados é o fato de que, para as mulheres sob violação do direito a água e saneamento, esse esforço é ainda maior.

Como vimos, para as mulheres vivendo nas periferias de capitais brasileiras, sobretudo no Norte e no Nordeste, a demanda cotidiana com a casa e com os outros requer ainda mais tempo e esforço. **Chimamanda, com 19 anos, de João Pessoa, leva 15 horas semanais só para encher os baldes de água que vai utilizar na realização das tarefas domésticas. Ou seja, se a média nacional é de 21,6h dedicadas ao lar e aos outros<sup>43</sup>, sem acesso à água, esse número certamente é ainda maior.** Na prática, essas mulheres têm tido suas vidas presas ao ciclo da violação: por não terem infraestrutura básica, ficam mais prejudicadas, precisam despende ainda mais tempo para as funções domésticas, esforçam mais seus corpos e ficam mais suscetíveis às doenças físicas e mentais. Elas não descansam.

E não é só nas funções domésticas ou de cuidado que as mulheres estão sobrecarregadas. Nos espaços políticos, nas

mobilizações em seus territórios, nas buscas por soluções e alternativas coletivas, lá estão elas. Acompanhadas dos filhos, se dividem em duas, três, quatro. Enfrentam, ainda, a insegurança em um dos países mais violentos para defensores de direitos humanos<sup>44</sup> do mundo — o que se torna ainda mais alarmante ao ouvir “*you viu Marielle?*”<sup>45</sup>. O quanto o medo de ser a próxima acompanha cada uma dessas mulheres com quem conversamos? Além da violência doméstica que, como veremos, as obriga a migrar, deixar tudo para trás para não serem mortas, há, ainda, a violência política mencionada por Dona Maria Firmina, que está instaurada no cotidiano de quem luta por direitos. Os corpos das mulheres, cansados, são ainda mais vulneráveis à violência — política, patriarcal, institucional e tantas outras. Elas estão exaustas, porque sobreviver, sem o básico, tem sido uma luta.

tempo gasto com afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas



<sup>43</sup> NALIN, Carolina. Dupla jornada não muda: mulheres dedicam o dobro do tempo dos homens para afazeres domésticos. O Globo, 8 de março de 2024, disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/03/08/dupla-jornada-nao-muda-mulheres-dedicam-o-dobro-do-tempo-dos-homens-para-afazeres-domesticos.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>44</sup> GONÇALVES, Eliane; Padovan, PADOVAN, Thiago. Brasil é um dos países mais perigosos para defensores de direitos. Agência Brasil, 12 de dezembro de 2023, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-12/brasil-e-um-dos-paises-mais-perigosos-para-defensores-de-direitos#:~:text=Levantamento%20das%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20Terra%20de,quem%20defende%20os%20direitos%20humanos>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>45</sup> Marielle Franco, vereadora brutalmente assassinada com cinco tiros na cabeça no Rio de Janeiro em 14 de março de 2018.



# Violentadas

**Essa seção contém relatos de violência doméstica que podem ativar gatilhos. Por favor, considere ler apenas aquilo que contribuirá para suas reflexões sem causar sofrimento.**

As mulheres estão submetidas a um ciclo de precarização: em um mercado de trabalho desigual, elas passam a vida se dedicando a duplas e triplas jornadas com o trabalho não pago, vivem em territórios negligenciados pelo poder público, ficam mais suscetíveis às doenças físicas oriundas da falta ou contaminação da água, precisam lidar com as doenças mentais causadas pela exaustão e ainda lutam por um mundo mais justo para todos. A jornada delas é marcada por muito mais desafios desde a infância, porque nem dentro de casa podem encontrar segurança ou descanso. Ao contrário, o espaço doméstico tem sido hostil, mesmo para as crianças: o Anuário Brasileiro de Segurança Pública demonstrou que um estupro acontece a cada seis minutos no país, e 84,7% dos crimes são cometidos por familiares ou co-

nhecidos, ou seja, pessoas do convívio das vítimas, sendo 61% dentro de suas residências. Enquanto as meninas são as mais vitimadas pela violência sexual, as mulheres adultas, de 19 a 44 anos, têm sido cada vez mais agredidas física e psicologicamente, e, no último ano, os registros desses crimes tiveram um aumento de 9,8% e 33,8%, respectivamente. As tentativas de feminicídio aumentaram 7,2%, e os homens foram identificados como 90% dos assassinos de mulheres no país. Desses, 63% são parceiros íntimos, 21,2% são ex-parceiros e 8,7% são familiares (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

**E o que isso tem a ver com o direito a água e saneamento e com a questão da moradia? Tudo.** Desde aspectos muito materiais e concretos, como os riscos enfrentados por mulheres, jovens e crianças que precisam usar banheiros sem portas, fazer suas necessidades em banheiros compartilhados ou fora de casa, sem privacidade ou segurança, ou passar madrugada em claro na rua esperando para

encher seus baldes de água em torneiras comunitárias. Além disso, vimos que elas dedicam muito mais tempo para realizar tarefas domésticas cotidianas, ficam muito mais exaustas, adoecidas e com muito menos acesso a renda. Na prática, isso significa menos autonomia para impedir ou sair de ciclos violentos com os homens ao seu redor. Se dedicam muito mais horas ao trabalho não pago, é porque perdem muitas horas que poderiam ser investidas em estudo, trabalho remunerado e alternativas para uma vida independente. Mesmo quando rompem os relacionamentos com os agressores, o que lhes sobra é uma vida ainda muito precária e, sozinhas, além de se recuperarem dos traumas que a violência deixa nelas e nas crianças, precisam dar conta da vida material. Em busca de uma vida possível, longe de agressões físicas, xingamentos, depreciação, perseguição, ameaça ou tentativa de morte e estupro, elas são socialmente punidas pela falta de infraestrutura básica para se refazerem.

Ainda hoje, há quem pergunte o que faz que uma mulher se mantenha em uma relação abusiva: não te daria medo ter que enfrentar a fome, a pobreza, a falta de água, o cheiro do esgoto, as doenças e as obrigações com as crianças absolutamente sozinha? Se não há garantia estatal, com política pública, para que essas mulheres tenham uma vida digna e segura bem longe dos seus agressores, esse parece ser um importante indício do porquê os indicadores de violência não param de subir. Com o aumento dos indicadores criminais, o que vemos são homens cada vez mais violentos e mulheres cada vez mais precarizadas: essa é a equação da violência doméstica.

Maria da Penha, 22, viu sua mãe ser agredida muitas vezes na casa onde moravam, na periferia de Recife. Até que as

agressões escalaram e, um dia, seu pai pegou uma faca e gritou para quem quisesse ouvir que a mulher não acordaria viva no outro dia. Foi quando, em um misto de alívio e desespero, há dois anos, Maria da Penha viu sua mãe ir embora — ela fugiu para São Paulo para se livrar daquilo, o que a filha só pôde saber depois. Primeiro, Jurema, mãe de Maria da Penha, não falou a ninguém sobre seu paradeiro, temendo que o homem a procurasse e consumasse sua ameaça. Meses de aflição se passaram, Maria da Penha se viu deprimida, sem forças para levantar da cama, sem esperança de dias melhores e com muita saudade da mãe. Ela estava dividida: por um lado, feliz por ela ter saído daquele horror cotidiano e, por outro, profundamente triste por não ter tido tempo de ir junto. Seu pai continuava acordando e indo dormir todos os dias e ainda maldizia a partida de Jurema, dizendo que ela tinha abandonado os filhos. Quando teve notícias da mãe, por meio de parentes que viviam na capital paulista e a acolheram, Maria da Penha foi retomando a coragem, na esperança de encontrá-la. Ordenou que o agressor fosse para outra casa, porque ali ainda era a casa da sua mãe. Ele foi para outra rua na mesma favela, o que ela conta ser insuportável, já que continua convivendo com ele. Mas, foi.

Ela conta que a depressão passou a ser frequente e que já tentou suicídio pelo menos duas vezes. Em um desses momentos, quem a acolheu foi um coletivo de mobilização política. Seu barraco, de madeira, está em obra, mas “quando tem material, tem, quando não tem, tem que esperar”. Ela é trabalhadora informal e faz atividades diversas para ter uma renda própria — além de si mesma, cuida de dois sobrinhos, filhos do irmão mais velho, e quer construir sua casa, então vive sempre em busca de uma renda a mais. Um dos empecilhos para

o sonho de ver a casa tomando forma é a falta de água: “aqui em casa tá sem porta, tá tudo aberto, eu boto umas cortinas e umas escoras com tábuas pra dormir, aí eu queria preencher a coluna pra colocar porta. Eu tinha comprado tudo pra fazer e não pude porque não tinha água. A caixa tava vazia, aí não dava”. Vejam como, por meio do olhar das mulheres, é possível perceber nuances da insegurança: sem água, não pôde construir uma porta. Sem porta, ela mora sozinha e cuida de duas crianças, no mesmo bairro onde seu pai, agressor da sua mãe,

também vive. Não há qualquer obstáculo físico entre a rua e a sua casa, a não ser uma cortina e umas tábuas. Que tipo de segurança essa mulher pode ter?

Maria de Andrade, de 46 anos, cresceu em uma periferia de João Pessoa. Ainda adolescente, conheceu o homem com quem teria os quatro filhos que, hoje, têm 19, 17, 16 e 14 anos. O mais velho não mora mais com ela, mas foi quem a livrou de um estupro marital.

*Eu tive um problema sério no colo do útero, depois de muitas cauterizações, muito tratamento e medicação, o médico disse que eu teria que tirar tudo mesmo, fazer histerectomia. Eu fiz. Isso tem uns três anos que aconteceu. No pós-operatório, eu estava usando fralda, quase não conseguia andar, fiquei bem debilitada mesmo, sabe. Eu já tinha duas medidas protetivas contra o pai deles porque ele sempre me bateu, me ameaçava de morte, me espancava mesmo, de me deixar arriada. Mas, eu não conseguia separar, acabava voltando, eu tinha muito medo de passar necessidade com as crianças. Aí, eu estava na cama deitada com minhas duas meninas mais novas, colocando elas pra dormir e descansando também, né? Pois ele [o então marido] chegou para me agarrar, ele queria me estuprar mesmo, ali no meio das meninas, eu de fralda, toda costurada. Eu gritei, as meninas começaram a chorar e meu filho mais velho veio e se botou na frente do pai, gritou, gritou pra ele sair e ele saiu. Ali, eu vi que a gente estava correndo muito risco, muito mesmo, eu e as crianças. Foi quando tomei forças de acabar com aquilo de vez. Pedi a terceira e última medida protetiva, porque, dessa vez, ele não voltou mais. Tentou muito, descumpriu muito essa medida, mas eu chamava a polícia, até preso ele foi. Não deixei mesmo voltar. Se fosse para passar qualquer coisa, que pelo menos fosse com vida e lutando pra melhorar, eu e minhas crianças. E aos poucos, eu fui, minha filha... Hoje a gente mora em outra casa, eu quis ir embora do bairro dele, comecei a fazer comida pra fora, faxina, minhas filhas me ajudando, meus filhos já começaram cedo também, sabe, pra me ajudar. (Maria de Andrade, 46, João Pessoa)*

Ela sobreviveu ao espancamento, à violência psicológica que é estar submetida ao risco constante de ser agredida, à tentativa de estupro e a um sem número de situações degradantes promovidas pelo ex-marido. Há três anos, começou a refazer a vida, mas, até hoje, não consegue sequer ter água limpa para tomar banho: *“a água aqui onde eu moro é igual a um leite, branca, não tem nada de transparente, é suja mesmo. Eu tô usando um poço que eu sei que também não é bom porque mistura a água dele com o esgoto, a gente tem fossa e poço muito perto, capaz de misturar, porque vira e mexe a água está com cheiro também. É difícil, eu queria ter paz um dia, sabe?”*. De-

pois de enfrentar anos de luta para sobreviver, vencer uma das maiores batalhas que se pode imaginar, salvar a si mesma e seus quatro filhos, que também estavam sendo violentados por aquele relacionamento, ela ainda precisa acordar todos os dias e não poder sequer beber água de qualidade. Em que medida sua saúde ainda é comprometida por algo que deveria ser básico? Nós também queremos, Maria de Andrade, que as mulheres tenham paz e que suas vidas não sejam conformadas em um ciclo de violação perpétua de direitos. Queremos que as mulheres possam viver e não apenas sobreviver.

---

**As mulheres trans também ficam suscetíveis a toda sorte de violência desde a adolescência. Foi o caso de Mercedes, que perdeu a mãe aos 9 anos e, aos 15, já morava na rua e conhecia a fome e a exploração sexual. Sua família repudiou sua identidade de gênero, a abandonando para o que há de pior. Sozinha, na rua, ela viveu uma série de violências. Sua vida mudou quando conheceu o movimento popular por moradia do qual faz parte até hoje, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que a acolheu e encaminhou para empregos. Com muita, conquistaram juntos uma habitação. “Agora eu tenho minhas coisas, agora vou ter meus documentos todos retificados, tô trabalhando numa escola de redução de danos, eu tive a oportunidade de estar trabalhando. Eu fico até emocionada de falar do MTST, eu hoje tenho um respeito das pessoas que eu não tinha, nunca tive. Não é fácil ser uma mulher trans negra, mas há três anos, desde que conheci o Movimento, a vida mudou”. Os movimentos populares têm dado uma verdadeira aula de como construir um país melhor**





# Empobrecidas

No Brasil, hoje, as mulheres ganham 17% menos<sup>47</sup> do que os homens que exercem as mesmas funções, segundo dados do IBGE. Além de se ocuparem do trabalho remunerado, elas enfrentam duplas e até triplas jornadas de trabalho não pago, o que impacta diretamente a possibilidade de complementar a renda com outras atividades. De acordo com estudo do Instituto Trata Brasil (2022), no contingente de pessoas pobres do país, elas estão em maioria, sendo 51,8% do total. Dessas, 60% são jovens e quase 75% são negras ou indígenas. A pobreza se agrava quando elas não têm acesso à água tratada: o impacto na renda, para elas, é 36% superior. Entre as que não possuem banheiro em casa, o esforço econômico é 64% maior. O que percebemos com os relatos das entrevistadas é que as mudanças de casa ou as demandas com a reconstrução da vida após a sobrevivência à violência doméstica também trazem desafios que custam dinheiro. Além disso, morar em casas sem água canalizada ou com água de péssima qualidade também as obriga a comprar galões de água para

tentar prevenir a ocorrência de doenças de transmissão hídrica, o que pesa no orçamento mensal.

Há, portanto, um conjunto de fatores que exige mais custos ainda para aquelas mulheres já pauperizadas, muitas vezes fora do mercado de trabalho e sobrecarregadas pelo trabalho doméstico e de cuidado com os filhos. A conta não fecha: elas passam até 15h semanais enchendo baldes de água em torneiras comunitárias, o que, se fosse quantificado em relação ao valor da hora do salário mínimo em 2024, corresponde a R\$ 96,30 por semana e R\$ 385,20 mensais. Muitas vezes, mesmo sendo um acesso precário, as mulheres precisam pagar a vizinhos ou controladores de poços para ter acesso a torneiras, e o preço dessa taxa varia em média entre R\$ 50 e R\$ 100 por mês, por vezes saindo até mais caro que o valor cobrado por concessionárias (quando não estão cobrando tarifas abusivas).

Há, ainda, os custos com a compra de

---

<sup>47</sup> MIATO, Bruna; MACEDO, Rayane. Mulheres ganham menos que homens em 82% das áreas de atuação, segundo IBGE; veja lista. G1, 20 de junho de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/06/20/mulheres-ganham-menos-que-homens-em-82percent-das-areas-de-atuacao-segundo-ibge-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2024.

galões que, em uma média de R\$ 10 por galão de 20 litros, significa mais R\$ 30 por semana e R\$ 120 por mês em uma família formada por uma mulher e duas crianças. Em alguns casos, para baratear esse custo, as mulheres precisam recorrer à compra de água de procedência duvidosa, como,

por exemplo, água adicionada de sais vendida em Belém, em uma casa sobre igarapé contaminado.



Imagens 07 e 08: Ponto de venda de água mineral e “água com sais” em casa sobre igarapé contaminado pela falta de esgotamento sanitário na comunidade Águas Cristal, em Belém. Acervo Habitat Brasil

*o custo mensal com água  
corresponde a **32,5%**  
do Bolsa Família  
benefício recebido pela  
maioria das entrevistadas*

**O custo mensal estimado com água (sendo R\$ 75 com taxa de água e R\$ 120 com água mineral) corresponde a 32,5%**

**do Bolsa Família**, considerando o valor de R\$ 600 mensais, benefício que a maioria das entrevistadas recebe para mitigar os impactos da pauperização e garantir a segurança alimentar e a autonomia financeira. Acontece que um dos obstáculos para que elas avancem nesse sentido tem sido justamente os custos com a falta de infraestrutura de saneamento básico. Uma mulher pobre que recebe o Bolsa Família e mora

em um local saneado consegue manejar esse recurso para outras áreas, enquanto aquelas que estão sem saneamento básico precisam dedicar 32,5% para a compra de água potável para não adoecerem (o que também impacta sua renda).

Ademais, como vimos no capítulo “Adoecidas”, mulheres internadas por doenças de transmissão hídrica nas capitais brasileiras deixaram de ganhar até **R\$ 1.541.056,00 em 2023**. Para além de todos os gastos diretos, calculáveis, há aqueles que indiretamente ocupam o orçamento doméstico e que pudemos perceber por meio das entrevistas. Diversas mulheres relataram, por exemplo, como as roupas e a casa sujam mais por conta da lama que se acumula pelas ruas dos seus, o que aumenta o consumo de produtos de limpeza, ou como as roupas ficam amareladas quando lavadas com água barrenta.

É importante mencionar o contexto de privatização dos serviços de água e saneamento nas capitais brasileiras e o quanto isso impactou as faturas e, de modo particular, o orçamento já bastante apertado das brasileiras. Em pelo menos sete capitais a distribuição de água e tratamento de esgoto são privatizados: Campo Grande

(MS), Cuiabá (MT), Maceió (AL), Manaus (AM), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Teresina (PI). O reajuste anual das tarifas de água e esgoto nas capitais onde o serviço é privatizado superou em muito a inflação. **No caso de Manaus, o reajuste foi de 18,3%, o maior entre as capitais, que é mais de 4x o valor do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado nos últimos 12 meses, que foi de 4,23% segundo dados do IBGE.**<sup>48</sup> Na capital do Piauí, Teresina, os consumidores sofreram um aumento de 12% em suas tarifas mensais; em Maceió o aumento foi de 9%<sup>49</sup>, em Cuiabá, de 8,8%<sup>50</sup>; e no Rio de Janeiro, a Águas do Rio solicitou à justiça um reajuste de 7,2%<sup>51</sup>, inclusive sobre as tarifas sociais. A empresa alega que tarifas sociais causam prejuízo. Campo Grande (MS) foi a única capital em que o aumento foi dentro do valor da inflação, de 4,14%<sup>52</sup>. Em São Paulo, a privatização da Sabesp ocorreu durante a redação deste estudo, de modo que não havia ainda dados sobre o reajuste.

Por trás do aumento absurdo, estão as denúncias das mulheres que precisaram optar por “comer ou pagar água”, como disse a manauara de 56 anos Dona Luislinda, que vive com o esposo na periferia da cidade. Ele possui deficiência visual e, com isso,

<sup>48</sup> IBGE. Inflação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>49</sup> JORNAL DE ALAGOAS. Conta de água aumenta 8,92% em Maceió e região metropolitana, após reajuste da BRK. 8 de novembro de 2023, disponível em: <https://www.jornaldealagoas.com.br/economia/2023/11/08/4680-conta-de-agua-aumenta-892-em-maceio-e-regiao-metropolitana-apos-reajuste-da-brk#:~:text=Oficial%20do%20Estado.,A%20atualiza%C3%A7%C3%A3o%20abranger%C3%A1%20todos%20os%20servi%C3%A7os%20prestados%20pela%20concession%C3%A1ria%20para,%24%206%2C140%20para%20R%24%206%2C688>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>50</sup> G1. Reajuste de 8,8% na tarifa de água e esgoto é aprovado em Cuiabá. 1 de fevereiro de 2024, disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2024/02/01/reajuste-de-88percent-na-tarifa-de-agua-e-esgoto-e-aprovado-em-cuiaba.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>51</sup> RESENDE, Leandro. Águas do Rio aponta prejuízo de R\$ 3,3 bi e quer reajuste de 7,42% em tarifa. CBN, 29 de fevereiro de 2024, disponível em: <https://cbn.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2024/02/29/aguas-do-rio-acusa-governo-de-subestimar-uso-de-tarifa-social-aponta-prejuizo-de-r-33-bilhoes-e-propoe-reajuste-de-742percent-em-tarifa.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>52</sup> G1. Tarifa de água e esgoto sobe 4,14% em Campo Grande a partir de 3 de janeiro de 2024. 6 de dezembro de 2023, disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/12/06/tarifa-de-agua-e-esgoto-sobe-414percent-em-campo-grande-a-partir-de-3-de-janeiro-de-2024.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2024.

precisa dos cuidados diários da esposa, única que o guia pelas ruas esburacadas e enlameadas da Comunidade Santa Etelvina. Na rua onde moram, o esgoto passa por canos abertos, que transbordam quando

chove. A água sempre falta, mas as contas não param de chegar:

*Eu quero muito que vocês vejam como a gente vive. Essa é minha rua, pode olhar nesse buraco que você vai ver o nojo que é. O esgoto passa por aqui, toda hora enche, porque não existe manutenção, eles não limpam essa fossa. Aqui, vive eu e meu esposo, quando enche, não dá pra ele sair de casa, fica com muito risco de se acidentar. Aí, preciso deixar ele sozinho pra resolver qualquer coisa. Aqui em casa, já chegou conta de R\$ 500, me explica como isso é possível? Que tanta água é essa que a gente usa, eu, idosa, e meu marido, idoso, só nós dois numa casa? A gente vive com a aposentadoria dele, é um salário mínimo, como que vou pagar essa conta? Se pagar, a gente não come. E se não paga, vira uma bola de neve, porque eles ainda cobram multa em cima. É de chorar a situação aqui, é de chorar! A gente que tem que pagar pra limpar a fossa aqui, é R\$ 700 a cada dois meses. A gente faz rateio na rua, é mais um gasto. (Dona Luislinda, 56, Manaus)*

As contas abusivas foram relatadas por diversas mulheres, sobretudo em Manaus, deixando ainda mais evidente o impacto do reajuste na vida das famílias. Além da insegurança alimentar, do endividamento — que aparece na ideia de “bola de neve” — e da falta de compromisso da empresa em garantir as tarifas sociais, há, ainda, os custos com a falta do abastecimento de água potável e de infraestrutura pública de drenagem pluvial e fluvial (ou seja, de escoamento das chuvas e dos rios). No caso da rua de Dona Luislinda, ela se refere às tubulações subterrâneas que precisam de manutenção para que resíduos sólidos não obstruam a passagem nas manilhas e também aos encanamentos superficiais que, pelo mesmo motivo, ficam obstruídos e impedem o escoamento das águas das chuvas. A falta de manutenção pela empresa gera um custo a mais para ela e para a vizinhança — e são tantas camadas de vio-

lação de direitos e produção de prejuízo financeiro que é difícil quantificar exatamente o tamanho do rombo no orçamento das famílias mais pobres.

Vejam que, até aqui, já falamos de alguns desses ônus: com material de limpeza, com mais tempo dedicado ao serviço doméstico, com a compra de água mineral, com a manutenção das tubulações e com as tarifas abusivas. O serviço de drenagem é mais um dos que compõem o que se entende por saneamento básico, de modo que a violação do acesso à drenagem também é uma violação do direito ao saneamento. Além da drenagem pluvial, da chuva, há, ainda, a drenagem fluvial, que escoar as águas dos rios. Muito comum nas cidades do norte do país, os rios urbanos cortam bairros inteiros e há milhares de pessoas vivendo em suas margens.

Mesmo quando o serviço é gerido pelo Estado e não por uma empresa privada, a drenagem fluvial tem sido negligenciada ou feita de forma antidemocrática, sem correlação com as demandas da população — sobretudo das mulheres. As políticas públicas têm se orientado pela remoção das pessoas como primeira alternativa e não última. **Por isso, ressaltamos, é preciso pensar a questão da água e do saneamento em relação ao direito à moradia e à cidade. É preciso enxergar de forma transversal, interseccional, o que as mulheres têm feito ao longo dos anos, quando estão gritando, exigindo, oferecendo suas perspectivas para construir políticas de bem-viver. São elas que estão no front das batalhas, porque são elas as mais prejudicadas — as mulheres têm sido responsáveis por si mesmas, pelos outros e pelos seus territórios e, ainda mais por isso, é imprescindível dar vez e voz às suas reivindicações.**

Em Tapanã, por exemplo, bairro em Belém do Pará, onde a administração do serviço é da estatal Cosanpa (Companhia de Água e Saneamento do Pará), há uma comunidade em área alagada, de nome Bairro da Fé. Por lá, ao menor sinal de chuva, fica impossível transitar. As famílias ficam verdadeiramente ilhadas em casa. O impacto na mobilidade também onera financeiramente quem deixa de realizar suas atividades, mas há, ainda, o custo da mobília. Kate-mari contou que *“quando chove, não dá pra passar. Só quando o sol seca a água. Tem que esperar o sol secar, e na beira da nossa casa é só lama”*.

Em Terra Firme, outra comunidade de Belém, às margens do rio Lago Verde, Sô-

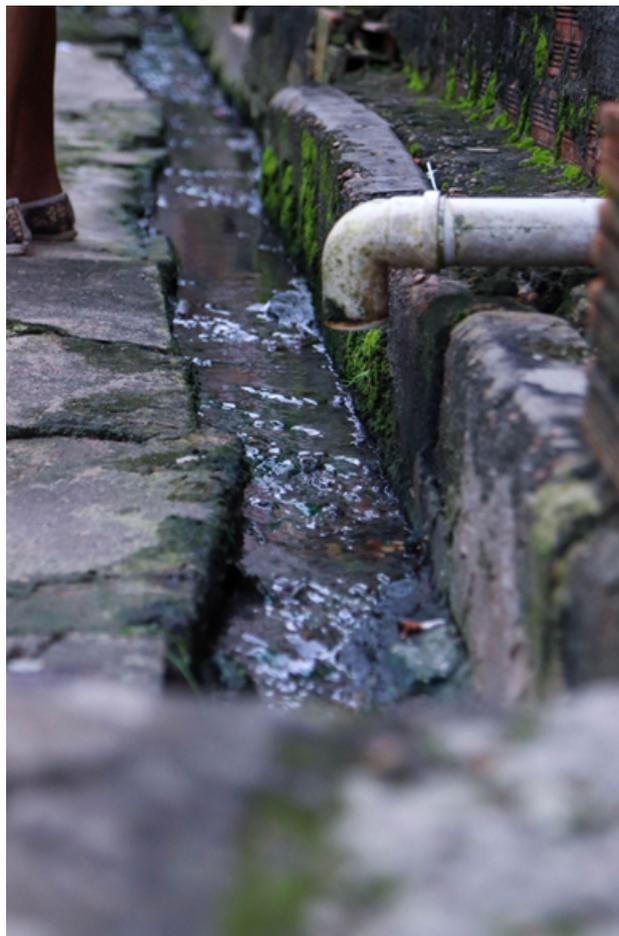


Imagem 09. Rua em Santa Etelvina. Fotografia de Cila Reis. Acervo Habitat Brasil

nia, de 59 anos, contou que perdeu *“gela-deira, móvel, tudo”*, e Viviane Barbosa disse que *“de dois em dois anos, tem que mudar o piso de casa porque levanta tudo de tanto que alaga”*. O rio Lago Verde está passando por uma obra de macrodrenagem a fim de mitigar os riscos de inundação, mas há controvérsias sobre o processo pelo qual a política está sendo construída. O diálogo com o poder público tem sido dificultoso até mesmo para os defensores públicos que acompanham judicialmente o litígio que disputa a garantia de indenização para as famílias que serão total ou parcialmente removidas. Os moradores não foram consultados<sup>53</sup>, não participaram do planeja-

<sup>53</sup> CRUZ, Fábio. 'Para onde levo meus gatos?': moradores de Belém lutam contra obra em rio. UOL, 6 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/11/06/periferia-de-belem-luta-contra-obras-da-prefeitura-e-quer-ter-voz-na-cop-30.htm>. Acesso em: 26 ago. 2024.

mento, mas estão sofrendo os efeitos da obra. Dona Enedina, que viu a comunidade

surgir, é viúva e vive sozinha atualmente. Ela nos contou que

*A água aqui é péssima, não dá pra beber e tem dia que chega e dia que não chega. Eu tinha um poço que meu marido construiu quando a gente veio morar, mas eles [a Cosanpa] fecharam meu poço. Agora, ao invés de virem com obra pra melhorar, vão demolir sete metros da minha casa pra dentro. Eu não sei o que vai ser de mim, sinceramente. Quem fez essa casa foi meu falecido marido, sem ele, não vou ter dinheiro pra pagar mão de obra pra ajeitar. Vou morar num resto de casa, né? É o que eles querem pra mim. E só me avisaram que vou perder parte da casa, ninguém me falou se vou receber algum dinheiro ou quanto. Eu tô pela minha fé. Não pensei que minha velhice ia ser assim. (Dona Enedina, 67, Belém)*

Público, privado ou comunitário, não encontramos formas de governança da água e do saneamento que partam das demandas das mulheres ou que garantam a elas espaços de tomada de decisão e construção política. O que percebemos é que, de um lado, elas estão sofrendo com faturas abusivas, falta de água, perda da mobilidade, dos seus bens e de suas casas por falta de saneamento ou por políticas mal construídas de drenagem, além disso, ficam ainda mais sobrecarregadas pelo trabalho doméstico e de cuidado quando estão sob violação do direito ao saneamento básico, têm suas vidas atravessadas pelo adoecimento físico e mental e são empobrecidas por todo esse ciclo. Do outro lado, estão “eles”, “os vizinhos que deixa usar o poço”, “o moço que veio instalar o relógio”, “o homem que limpa a fossa”. Essa figura masculina inominada, que aparece sempre cumprindo uma função de intermediação, cobrança ou oferecimento de determinado serviço pago e que parece personificar uma governança masculina da água e do saneamento. Uma governança que não conhece, não considera e não parte das demandas femininas e que ilustra e participa do ciclo de violação de direitos – chama-

mos essa forma de subordinação de patriarcado hídrico, como veremos à frente.

Essa é uma camada a mais de opressão na vida das mulheres, que tem verdadeiramente atrasado suas vidas, com ênfase naquelas que estão no norte e no nordeste, que são **empurradas para outro tempo de vida: um tempo que lhes rouba entre 5 e 20 horas semanais enchendo baldes**. Um tempo que não lhes permite descansar. Um tempo que controla seus dias, por meio da labuta com a busca da água que não chega; das suas rotinas, que precisam se alinhar aos horários da água; de seus organismos, adoecidos pelas enfermidades que a água, quando chega, traz; de suas casas, que passam a ser tomadas pela falta de infraestrutura; enfim, por meio de suas vidas privadas e públicas. Ao roubar o tempo das mulheres, roubam suas vidas. A violação do direito a água e saneamento precisa ser analisada com base no ponto de vista das mulheres. Só assim será possível superá-la por meio de políticas eficazes.

*há vozes dentro de águas gritando teu nome  
há vozes nos rios fontes mares e cachoeiras  
[...] são memórias das ancestrais que nos habitam  
são vozes que correm nos ventos e chamas nas verdes matas  
incansavelmente clamando por quem as possa ouvir...  
e você, mulher, pode!*

**(Dilma Barrozo, Mulheres das  
Águas II, 2022)**

# Patriarcado hídrico

Tendo percorrido diversos relatos ao longo deste estudo, retomaremos a cena das visitas às comunidades, feitas durante as Missões Pelo Direito a Água e Saneamento, com o objetivo de mergulharmos, agora, juntas, em uma ideia nova, que busca consolidar a compreensão sobre a violação de direitos que submete as mulheres às condições de pouca ou nenhuma autonomia sobre suas rotinas, seu tempo, seu

espaço e seu corpo: **o patriarcado hídrico.**

Era um dia de sol escaldante quando chegamos à comunidade Gramame, em João Pessoa, capital da Paraíba, onde toda a população vive sem acesso à rede de abastecimento geral de água e esgoto, utilizando fossas próprias, feitas com base no saber que cada um consegue acumular. Dona Luiza Bairros, de 69 anos, contou que

*Eu pago R\$ 70 por mês pro dono do poço. Não tenho condições de ter um poço, aqui custa por volta de R\$ 11 mil, quem tem isso pra dar? Sou viúva, meu marido fez essa casa com muito custo. Agora, sou sozinha, pago água e, mesmo assim, não sei quando ela vai chegar. O dono liga quando quer, deixa duas horas e desliga. Se eu tiver que ir na rua, cancelo. Tenho que aproveitar quando a água chega, porque a louça acumula, tudo acumula aqui. (Dona Luiza Bairros, 69 anos, em entrevista, grifos nossos)*

O relato se repetiu em muitos territórios visitados, das mais variadas formas. Dona Azoilda, de 63, que reside em um condomínio do programa Minha Casa Minha Vida, em Paratibe, também na Paraíba, contou que a água chega “como um leite. Nossa pele fica cinza depois do banho. Eu ainda tenho que pagar R\$ 200 por mês **pro menino** limpar a fossa, senão entope, e eu moro no primeiro andar, o cheiro deixa minha casa impossível de ficar”. Harriet, de 30 anos, contou que comprou uma mangueira de 100m para fazer uma ligação improvisada do poço “**do vizinho**” até sua casa e que precisa pagar R\$ 70 por mês para utilizar a água que chega por 10 minutos de duas em duas horas.

Marli Coragem, mãe de seis filhos, um com 14 anos, os demais com 12, 8, 6, 4 e 3, todos dependentes, precisaria pagar R\$ 600 para ter um hidrômetro da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (Cagepa), na comunidade Aratu, mas que nunca teve acesso à água: “eles botaram medidor de um lado da rua e do outro, não. O meu lado ficou sem. Os canos ficam expostos, vocês podem ver, mas não dá pra puxar água fazendo ligação. Aqui falta água todos os dias, eu tenho que acordar às 23h para encher os baldes pro outro dia”. Sua vizinha, Ana Maria, tem 11 filhos, sendo um deles surdo e mudo. Ela contou que é mãe solo e que precisa utilizar água da chuva para encher baldes:

*Eu uso água **do vizinho**, pego do poço dele, mas não é sempre que ele pode, então fico com água uma semana sim e na outra, não, aí uso da chuva quando cai. **Ele** chega às 16h do serviço, é quando posso pegar água. Ele deixa a bomba ligada até 21h. Eu bebo, lavo, cozinho, tudo com água de chuva. Já teve vez de não conseguir cozinhar pros meninos porque não tinha água, aí faz o quê? (Ana Maria, Comunidade Aratu, grifos nossos)*

“Aí, faz o quê?”. É a pergunta que ecoa em qualquer um que ouça esse relato. Chiamanda, de 19 anos, está grávida do terceiro filho e contou que leva 5h por dia para encher os baldes utilizando água “**do vizinho**”. Vilma, também de Aratu, 32, tem três filhos, um deles convive com o Transtorno do Espectro Austista e tem apenas 3 anos. Ela também é mãe solo e, depois de muitos episódios de diarreia, disse que gasta R\$ 12 por galão de água por semana, que são usados apenas pelas crianças, para economizar, enquanto ela própria bebe a água que chega pela torneira, que também “puxa do vizinho” e que tem “um gosto horrível”.

Em Santa Rita, cidade da região metropolitana de João Pessoa, o primeiro relato

do dia de visita veio de uma família que estava há 90 dias sem água. Por lá, as mulheres se enfileiram em uma bica comunitária, na rua, durante a madrugada, em busca de água para encherem os reservatórios improvisados em suas casas: “banho, aqui, é só de cuia!”. Dona Anielle, de 53 anos, nos recebeu em sua casa e em cada cômodo pudemos ver um tonel que serve para reservar a água que busca — ao lado da pia da cozinha, o tonel para louças; no banheiro, o tonel para descarga do vaso sanitário e para o banho; na área de serviço, além do tonel, baldes e garrafas PET servem para a água que será utilizada para limpeza e lavagem das roupas. “Quando chove, é bom demais, porque aí tem água. Quando não chove, acabou. A gente nunca sabe quando a

água vem. Cada uma aqui, quando busca água, só tem direito a dois baldes por vez. Eu tenho hérnia de disco, não aguento mais buscar água”, conta.

Se, por um lado, as mulheres não sabem a que horas terão a água que pegam “**do vizinho**”, essa figura masculina inominada que aparece recorrentemente como dono dos poços, por outro, elas lidam com a gestão controlada por alguém que não se sabe quem, nas torneiras coletivas das favelas. Conhecemos alguns **gestores de poços comunitários**, em um espaço destinado ao diálogo político para elaboração de recomendações para o poder público. O que notamos, outra vez, foi a materialização dos relatos de mulheres que ouvimos em outros territórios: estavam ali, diante de nós, três homens responsáveis pelo controle do abastecimento de água em uma comunidade formada por, pelo menos, 900 famílias. Eles nos contaram que há mulheres envolvidas nas tomadas de decisão, mas não pudemos conhecê-las: onde estavam naquele momento de construção de uma narrativa política da gestão comunitária da água? Para além de qualquer dúvida

que possa sobressaltar em relação à existência ou não do lugar de gestão compartilhada para essas mulheres, fato é que, ali, a representação dos poços pelos homens foi um indicativo que se somou aos indícios trazidos pelas entrevistadas.

Como Anielle, Chimamanda ou Ana Maria, encontramos dezenas de relatos semelhantes: das 50 entrevistadas, apenas uma, em Manaus, utilizava o poço **da vizinha**, e outra, em Belém, tinha o **próprio poço**. Esses dois casos merecem nossa atenção porque expõem como não é o método de captação da água — o poço — nossa questão central. Ele aparece recorrentemente como uma alternativa às altas tarifas das companhias privadas de água em diversos territórios e pode assumir uma forma de gestão comunitária, com grandes poços que abastecem várias casas, com cobrança de tarifa, ou como doação da água captada entre uns e outros. Acontece que o **controle da captação e do abastecimento** pelas mulheres parece ser uma exceção e, no caso de Dona Nitinha, dona do poço em uma periferia de Manaus, ainda tem sido motivo de graves represálias:

*O poço mora no nosso quarto. A gente usa a tampa de pedra dele como mesa, ele é parte da nossa casa. Eu fui criada com esse poço, criei meus filhos e agora a Águas de Manaus não quer que meus netos tenham acesso. O poço é meu! É minha autonomia ter água em casa, sempre foi. Eu não vou pagar R\$ 500 de tarifa se eu sempre tive água. Quem manda na minha casa sou eu! (Dona Nitinha, s/i, em entrevista)*

Dona Nitinha, que é diarista e vive com filhos e netos em casa, contou que apenas o filho de 20 anos trabalha formalmente, com registro em carteira: “a gente vive pela fé”. Durante seu relato, disse que já foi multada em mais de R\$ 8.000. Isso porque

a água subterrânea é concessionada à Águas de Manaus, ou seja, a empresa tem ingerência sobre o lençol freático, de modo que poços individuais são compreendidos como ligação clandestina, apesar de estarem lá há décadas, mesmo antes de a com-

panhia assumir o serviço. No mesmo dia, na Associação de Moradia Ana Oliveira, lugar de reuniões e atendimentos psicológicos e assistenciais da comunidade Santa Etelvina, na periferia de Manaus, outros moradores relataram que a água que chega nas torneiras, fornecida pela Águas de Manaus, é intermitente, tem gosto e sabor, tal como consta no Relatório da Missão pelo Direito à Água e Saneamento em Manaus (Habitat, 2024) a liderança local.

O único relato em que é uma mulher a gestora da água utilizada foi o de Bertha, de 48 anos, mãe de oito filhos, que utiliza a água abastecida pelo poço **da vizinha**. Trata-se de uma relação de solidariedade, em que a vizinha, viúva, passou a fornecer a água, compreendendo que as condições de Bertha eram muito difíceis. Ela não possui ponto de água em casa, nem reservatório. Ela contou que usa “um tanque, que encho e dali vou tirando de pote para usar pela casa”. Na comunidade onde vivem, conhecida como Puraquequara, não há rede geral de abastecimento, o que existem são poços comunitários, que são aqueles que distribuem água para várias casas e são geridos por associações ou grupos em troca de uma tarifa e há poços particulares, de uso próprio, por alguns moradores.

Os dois casos (de Bertha e Nitinha) nos fazem pensar sobre como, primeiro, é incomum a menção às donas de poços, no feminino. Eles foram os únicos em um universo de 50 entrevistadas, ainda que os poços sejam a segunda forma mais recorrente de abastecimento de água no país, ficando abaixo apenas da rede geral de abastecimento, e que nossas entrevistadas, todas, fossem mulheres. Depois, os

casos nos informam sobre como a relação que as mulheres estabelecem com a captação da água por meio desse mecanismo está orientada mais pela autonomia, solidariedade e necessidade do que pelo valor de venda da água como mercadoria — já que ambas fizeram questão de mencionar que não cobram/pagam pela água nesses casos.

Não foi somente no uso de poços que observamos o controle masculino sobre as águas, ou seja, não é essa forma de abastecimento o fator responsável por conferir poder masculino. Como veremos, os homens gerenciam os lençóis freáticos em todas as instâncias. Seja nas periferias de Manaus, de João Pessoa, de Recife, de Belém ou — podemos dizer — de qualquer capital, as águas têm chegado às torneiras, sejam elas dentro ou fora das casas, sob controle dos homens. Seja “do vizinho” que compartilha ou vende o serviço dos poços privados, seja pela gestão alternativa de redes de abastecimento, como os casos de poços comunitários, ou pelas companhias privadas de água.

Um estudo de 2018, feito pelo Instituto Mais Democracia<sup>54</sup>, mapeou quem são os proprietários das empresas que dominam o ramo. Segundo consta, os cinco maiores grupos econômicos que atuam no saneamento brasileiro controlam 83,5% do mercado e estão em 245 municípios que privatizaram os serviços. São: BRK Ambiental (antiga Odebrecht Ambiental), Grupo Águas do Brasil, Aegea Saneamento e Participações, Iguá Saneamento (ex-Companhia de Águas do Brasil – CAB, então do grupo Queiroz Galvão) e GS Inima Brasil. Lideradas por homens como Paulo Mattos,

---

<sup>54</sup> O estudo, com financiamento da Fundação Heinrich Boll, foi sintetizado em material gráfico e pode ser encontrado aqui: <https://br.boell.org/pt-br/2018/04/16/quem-sao-os-proprietarios-do-saneamento-no-brasil>. Acesso em: 19 ago. 2024.

Galvão e Radamés Casseb e por instituições financeiras, como o Banco Mundial e o grupo japonês Sumitomo Mitsui, também tradicionalmente geridas e representadas por homens, as grandes indústrias conformam e acentuam a escala do domínio masculino sobre a gestão da água.

As companhias privadas têm sido alvo de denúncias em várias cidades do Brasil: no município de Santa Rita, na Paraíba, por exemplo, a Águas do Nordeste fornece água de cor branca, leitosa, cujo cheiro é possível sentir à distância. Há comunidades altamente pauperizadas, como a Marcos Moura, com 35 mil habitantes, que enfrentam, além da falta de acesso à água, os desafios da mobilidade pela falta de esgotamento e drenagem pluvial, ou seja, a violação completa do direito ao saneamento. Isso faz que as mulheres não consigam levar os filhos para a escola quando chove. Além disso, precisam comprometer outras necessidades para comprar água engarrafada para evitar doenças, relato que se repete constantemente entre nossas entrevistadas. Sônia, de 44 anos, conta que a água “dá coceira, dor de barriga, não serve nem pra tomar banho”. “Tem que usar só pra lavar a casa mesmo. E, quando chove, suja tudo aqui dentro, fica um lamaçal, é trabalho dobrado”, acrescenta.

Na prática, enquanto os homens gerenciam a cobrança e o lucro da água como um produto, elas gerenciam a precariedade no cotidiano, os impactos na sua saúde e na de seus filhos e as tarifas abusivas, além de um controle sobre suas rotinas – dada a intermitência do abastecimento, relato muito comum nas periferias, as mulheres ficam de mãos atadas, cheias de afazeres domésticos acumulados, sem saber sequer que horas poderão (e se) tomar banho e assear suas moradias, seus filhos, suas

roupas. O tempo e o corpo delas ficam suscetíveis ao controle masculino da água que precisam no cotidiano, o que, para nós, só pode ser interpretado como um tentáculo do patriarcado — o que chamaremos, aqui, de **patriarcado hídrico**.

O patriarcado é aqui entendido como um conjunto de normas e hierarquias produzidas pelos homens que produz riqueza e vantagens para eles. Para Saffioti (2005), o patriarcado é uma relação não apenas privada e restrita à família, mas civil e pública de subordinação de mulheres a homens, que impregna o tecido social e se expressa tanto pela ideologia, quanto pela violência. Alargamos o conceito de violência proposto pela autora para pensar como a violação do direito à água é uma violência direta à vida das mulheres — sobretudo, porque elas estão em maior desvantagem quando ocorre essa violação, por serem responsáveis pelo trabalho do cuidado não remunerado que depende diretamente da água e de condições de saneamento. Explicamos: são elas que têm ficado encarregadas (e sobrecarregadas) com os afazeres domésticos, o preparo dos alimentos, o cuidado com os filhos, a limpeza da casa, a lavagem das roupas, enfim, com a rotina de manutenção da vida cotidiana e pública dos homens e da comunidade e que dependem da água para todos esses passos. São elas que enfrentam a insegurança alimentar por não terem água adequada para higienização e preparo dos alimentos; que precisam fazer várias viagens para encher baldes em pequenos reservatórios; que têm suas colunas e outras partes do corpo prejudicadas por tomarem banho (e darem banho nos filhos) utilizando potes; que precisam caminhar por ruas enlameadas para levar e buscar os filhos na escola; que cuidam das doenças gastrointestinais, suas e dos demais membros da família; que, portanto,

têm suas vidas, já pauperizadas pela falta de remuneração do trabalho de cuidado que desempenham, ainda mais dificultada pela falta de acesso à água.

Além disso, é importante considerar que o trabalho não remunerado executado pelas mulheres:

*é servir a mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar das nossas crianças — futura mão de obra —, ajudá-las desde o nascimento e ao longo dos anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo também espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida produzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas. (Federici, 2021, p. 28)*

É profundo e urgente dar visibilidade ao trabalho das mulheres quando atuam como engrenagem do capitalismo. A isso, a autora chamou patriarcado do salário (ibidem). Há algumas camadas que se misturam aqui, como família, sociedade e Estado, justamente por serem indissociáveis, pois, como aponta Saffioti (2005), não há micro e macro, essas instâncias se misturam. A

vida pública dos homens assalariados, das crianças e das instituições e corporações está estruturada sobre o trabalho de cuidado das mulheres, que, portanto, produz riqueza — mas não para elas. Ao contrário, elas ficam em desvantagem econômica e, conseqüentemente, vulneráveis às piores condições de violência e subordinação.

---

**Adicione a isso as assimetrias de gênero na gestão da água e perceba que estamos nomeando algo que está na vida de todas. Propomos um fluxo de pensamento que pode representar muitos pensamentos de mulheres periféricas ao mesmo tempo: a que horas a água chega? Dará para beber? Será que consigo lavar roupa hoje? E se as crianças forem de roupa suja para a escola, o que vão pensar? O que terei para comer? Como cozinhar com essa água leitosa? Meu Deus! A casa cheia de lama! Preciso acordar às 3h para buscar os baldes na torneira da rua. Preciso ir para casa agora, pois a água vai chegar. E a sede, o que fazer? Não tenho dinheiro para água mineral. A criança ficou com diarreia de novo e o médico falou no postinho que está reduzindo de peso. O que**

**vou fazer? Minha coluna dói, mas preciso dar banho de cuia neles. A água não chegou hoje. Estou há cinco dias sem água. Lá se vão 30 dias sem água. 60 dias. 90 dias. Não sei mais o que fazer. Será que chove hoje? A casa está por limpar. Não consegui lavar o cabelo outra vez, a água não deu. Vou na vizinha pegar um balde. Nossa, R\$ 500 de conta! Não consigo pagar! É comer ou pagar conta, não tem como. Será que o vizinho liga a bomba do poço hoje por mais de 15 minutos? Será que hoje consigo encher o tonel?**

O patriarcado hídrico refere-se à ordenação hierárquica do controle do serviço hídrico sobre as rotinas dos corpos e das residências das mulheres, que se estende aos filhos e impacta diretamente a saúde, a renda e o tempo que elas não podem dedicar a outras atividades por estarem mental ou fisicamente ocupadas gerindo a precariedade do acesso à água e os efeitos da falta de saneamento. Sendo elas as que ficam mais em casa, além do trabalho não remunerado de cuidado e de suas consequências, são elas (e seus filhos) os mais suscetíveis às doenças decorrentes da busca pela água ou da contaminação por ingestão, já que consomem e lidam mais diretamente com a água de má qualidade. Além disso, são elas que permanecem por mais tempo no território, circulando em meio ao esgoto, e as responsáveis pela mobilidade de crianças e idosos nesse mesmo percurso contaminado — que, quando adoecidas, são cuidadas também por mulheres, na maioria das vezes.

A isso chamamos de patriarcado hídrico: uma lógica mercadológica, masculina e branca, orientada pela exploração da água como mecanismo de rentabilidade e não como bem básico e universal; uma lógica que tem sobrecarregado, ainda mais, as mulheres, empobrecido as famílias e comunidades e contaminado a saúde física e mental de mulheres, prejudicando suas relações com seus corpos, residências e comunidades e retirando-lhes a autonomia sobre o próprio tempo.

O patriarcado hídrico é uma camada específica de violação que afeta as mulheres e aprofunda as desigualdades de gênero e raça, sobretudo porque são as mulheres negras as mais afetadas pela falta de água e saneamento, por viverem em territórios alijados desses direitos, quais seja, as periferias, favelas e ocupações por todo o país. Elas estão em maior número no trabalho informal<sup>55</sup>, na maternidade solo<sup>56</sup>, no desemprego<sup>57</sup> e na insegurança alimen-

---

<sup>55</sup> FEIJÓ, Janaína. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. Blog do IBRE, 26 de julho de 2022, disponível em: [https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho#:~:text=A%20taxa%20de%20informalidade%20entre,amarelas%20\(32%2C7%25\)](https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho#:~:text=A%20taxa%20de%20informalidade%20entre,amarelas%20(32%2C7%25)). Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>56</sup> HABIT BRASIL. Mães solo no Brasil: a realidade da pobreza e a ajuda da Habitat. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/maes-solo-vivem-abaixo-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>57</sup> LIMA, Fernanda. Desemprego entre mulheres negras supera média nacional em 2023. Voz das Comunidades, 21 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://vozdascunidades.com.br/geral/desemprego-entre-mulheres-negras-supera-media-nacional-em-2023/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

tar<sup>58</sup>. Além disso, são as mais afetadas pela falta de água e saneamento e, portanto, as mais vitimadas por doenças de veiculação hídrica (Instituto Trata Brasil, 2022). Ao falarmos de patriarcado hídrico no Brasil, é importante associar esta categoria à desigualdade racial, que coloca as mulheres negras em desvantagem ainda maior em relação aos demais grupos. Ademais, vale ressaltar: além de terem seu tempo, seus corpos, suas rotinas e suas casas controladas pela gestão patriarcal da água, as mulheres precisam despende parte de suas vidas e ocupações para lutar pelo direito a essa necessidade básica. Há, ainda, a dimensão territorial e regional, uma vez que a precariedade dos serviços públicos e privados nas favelas e territórios populares, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país, acentuam a sobrecarga das mulheres.

Ao não garantir os direitos fundamentais a água, saneamento, saúde, moradia e dignidade, o Estado brasileiro cria obstáculos à consolidação da cidadania e da democracia, ocupando parte importante da vida das mulheres com impactos irreversíveis, como o luto. Além disso, em razão das violações, boa parte do tempo, da trajetória da vida dessas mulheres, é marcado pela dedicação à luta. A luta das mulheres é e deve ser sempre observada como uma

potência, mas é preciso também entendê-la como mais um trabalho. Ao lutarem por direitos básicos, as mulheres estão lutando pelas gerações futuras, pelos seus territórios e pelo país. A violação do direito fundamental a água e saneamento cansa, exaure, violenta, empobrece e adocece as mulheres.



---

<sup>58</sup> GELEDES. A fome do Brasil é negra, mulher e vive nas regiões Norte e Nordeste. 14 de agosto de 2023, disponível em: [https://www.geledes.org.br/a-fome-do-brasil-e-negra-mulher-e-vive-nas-regioes-norte-e-nordeste/?gad\\_source=1&gclid=CjwKCAjwnK60BhA9EiwAmPHZw7Qc67jVbhPMzcAG-BPVpbutY7OMIHu2-J9coyNsQIMq6bRB-MfythoCYNEQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/a-fome-do-brasil-e-negra-mulher-e-vive-nas-regioes-norte-e-nordeste/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwnK60BhA9EiwAmPHZw7Qc67jVbhPMzcAG-BPVpbutY7OMIHu2-J9coyNsQIMq6bRB-MfythoCYNEQAvD_BwE). Acesso em: 26 ago. 2024.



# Com sede de esperança

Percorremos 31 territórios das regiões Norte e Nordeste do Brasil com as Missões pelo Direito a Água e Saneamento. Conhecemos as histórias de 50 mulheres, mapeamos os dados secundários disponíveis para colocar em confluência com essas narrativas e o que vimos, depois de todo esse percurso, é que as mulheres estão gritando diariamente o que os números não alcançam. E os números têm dado volume a uma parte de seus problemas. Agora, é a vez de fazer que esse encontro — do que há de dados primários e secundários — desemboque em políticas públicas que transformem, de fato, o curso dessas vidas.

A Habitat para a Humanidade Brasil, com esse estudo, quis inundar o debate público com as questões que afetam diretamente as mulheres, seus corpos, suas

mentes, suas rendas, seus filhos, suas casas e que, portanto (e por tanto!), precisam estar em primeiro plano na elaboração, na implementação e na avaliação das políticas públicas de saneamento básico nas capitais e quiçá em todo o país. Queremos que o olhar para a moradia considere a infraestrutura que garante segurança, privacidade e dignidade menstrual para elas, com banheiros próprios, canalização de água e potabilidade; que as cidades sejam pensadas com base nas necessidades das mulheres, garantindo mobilidade, água na torneira, equipamentos públicos disponíveis e próximos das suas residências, com cultura, lazer, educação e geração de renda. Queremos que o tempo e o trabalho das mulheres sejam tidos pelo poder público como uma moeda valiosa que não pode ser desperdiçada com o que deveria ser

básico, trivial, comum a todas. Colocamos a perspectiva das mulheres em foco porque queremos que quem está na ponta das políticas de moradia, gestão da cidade e governança da água e saneamento ensine a esse país o que fazer. Afinal, são elas que já têm dado soluções — que custam suas vidas, é bom dizer — a problemas que não criaram. Só queremos muitas coisas porque vimos, na força dessas histórias, que é possível querer. Elas querem uma vida melhor — e uma vida melhor para as mulheres é um futuro melhor para todos.

O que esses relatos têm insistentemente dito é que precisam fazer parte da produção das cidades, que precisam ter suas perspectivas consideradas, que estão vivas e fazendo viver, gerindo o que podem e como podem para manterem as suas vidas, as vidas dos outros e a vida dos seus territórios acontecendo. Elas estão no *front*, são a água que faz o rio das capitais fluir e não podem — e não aceitam mais — serem colocadas à margem. Água é um direito. Saneamento é o básico.





# Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BELMONT, Marlana (org.). **Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil**. São Paulo: Editora Oralituras, 2023.

BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 41-68.

DATASUS. **Óbitos por causas evitáveis em crianças de 0 a 4 anos**. Notas Técnicas. Disponível em: [http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sim/Obitos\\_Evitaveis\\_0\\_a\\_4\\_anos.pdf](http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sim/Obitos_Evitaveis_0_a_4_anos.pdf). Acesso em: 19 ago. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2017.

DE SENA, Mariana et al. O manejo inadequado da higiene menstrual e seus impactos à saúde da mulher. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v.9, n. 3, p. 9884–9901, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/57885/42240>. Acesso em: 14 ago. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo (vol. 1)**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2021.

FERREIRA, Francine Silva et al. **Repercussões da pobreza menstrual para mulheres e pessoas que menstruam: revisão integrativa**. Revista Baiana de Enfermagem, v. 37, p. 1-15, 2023. Disponível em: "<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/52708>"<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/52708>. Acesso em: 14 ago. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional – Brasil e Regiões (PnadC 2022)**. Fundação João Pinheiro, 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Inadequação de Domicílios – Brasil e Regiões (PnadC 2022)**. Fundação João Pinheiro, 2024.

GUSFIELD, Joseph. **The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

HALBE, Hans Wolfgang; CUNHA, Donaldo Cerci da. Doença inflamatória pélvica. **Diagnóstico e Tratamento**, v. 15, n. 3, p. 106-9, 2010.

IACONELLI, Vera. **Manifesto Antimaternalista: psicanálise e políticas de reprodução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Notas técnicas: nota metodológica Censo 2022**. IBGE: Brasil, 2022. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/download/SNIG\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/download/SNIG_notas_tecnicas.pdf). Acesso em: 19 ago. 2024.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Gênero é o que importa: determinantes do trabalho não remunerado no Brasil**. Brasil: Ipea, 2023.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **O saneamento e a vida da mulher brasileira**. Brasil, 2018.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **O saneamento e a vida da mulher brasileira**. Brasil, 2022.

IPCC, 2023: Summary for Policymakers. In: **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (1ª ed). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1960.

JESUS, Victor de. O cheiro do racismo na cultura político-afetiva higienista brasileira: o saneamento do corpo-dejeto. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, p. e257400, 2023.

MARIA, Salete. **Cordel: As mulheres (invisíveis) de Juazeiro**. 2009. Disponível em: <https://cordelirando.blogspot.com/2009/03/mulheres-invisiveis-de-juazeiro.html>. Acesso em: 19 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **O direito humano à água e saneamento: comunicado aos média**. 2015. Disponível em: [https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human\\_right\\_to\\_water\\_and\\_sanitation\\_media\\_brief\\_por.pdf](https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf). Acesso em: 19 ago. 2024.

PITILIN, Érica de Brito et al. **Doença inflamatória do colo do útero: indicador indireto da saúde reprodutiva da mulher**. Revista de Enfermagem UERJ, p. e21680-e21680, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/21680>. Acesso em: 19 ago. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **A água para lá da escassez: Poder, pobreza e a crise mundial da água**. Relatório do Desenvolvimento Humano, 2006. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/2006-hdr-portuguese-summary.2006-hdr-portuguese-summary>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SALTARELLI, Rafaela Magalhães Fernandes et al. Mortes evitáveis por ações do Sistema Único de Saúde na população da Região Sudeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 887-898, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hJvkGXVLRKkJv4Rp83RMjXD/>. Acesso em: 19 ago. 2024. <https://www.scielo.br/j/csc/a/hJvkGXVLRKkJv4Rp83RMjXD/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SANTOS, Nágila Oliveira dos. **Mulheres das Águas II: antologia de contos, crônicas e poemas**. Quissamã: África e Africanidades, 2022.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Rio de Janeiro: Argumentum, 2010.

THINK OLGA. **Esgotadas**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/wp-content/uploads/2023/10/LAB-Esgotadas-4out-1.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

THINK OLGA. **Economia e Trabalho**. Brasil, 2023. Disponível em <https://thinkolga.com/report/economia-trabalho/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

Comité das ONU sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (CESCR). Comentário Geral N.º 15



**Habitat**  
para a Humanidade®  
Brasil